

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca
Deputado Pompílio Canavez

MSC
MSC

Presidente
Vice-Presidente



Deputada Liza Prado	BPS
Deputado João Leite	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado Romeu Queiroz	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIENCIA**Reuniões Ordinárias****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Ana Maria Resende	BTR	Presidente "ad hoc"
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR



Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS
Deputada Rosângela Reis	BPS
Deputado Antônio Lerin	BPS
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC
Deputado Vanderlei Miranda	MSC

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Pompílio Canavez	MSC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Duílio de Castro	BPS
Deputado João Leite	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vítor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira MSC
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio MSC
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Rogério Correia MSC
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BPS Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Hely Tarquínio BPS
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Ivair Nogueira MSC

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sávio Souza Cruz MSC Presidente
Deputado Tiago Ulisses BPS Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Henrique MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR



Deputado Fábio Cherm
Deputado Antônio Júlio

BPS
MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão
Deputado Fred Costa
Deputado Bosco
Deputado Antônio Lerin
Deputado Carlin Moura

MSC Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão
Deputado João Leite
Deputado Sebastião Costa
Deputado Rômulo Veneroso
Deputado Celinho do Sinttrocel

MSC
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Fabiano Tolentino
Deputado Rômulo Viegas
Deputado Romel Anísio
Deputado Doutor Viana

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romeu Queiroz
Deputado Luiz Humberto Carneiro
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Antônio Lerin
Deputado Rogério Correia

BPS
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir
Deputada Ana Maria Resende
Deputado Luiz Henrique
Deputado Deiró Marra
Deputado Gilberto Abramo

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BTR
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado João Leite
Deputado Bosco
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Antônio Júlio

BPS
BTR
BTR
BTR
MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Doutor Wilson Batista
Deputado Neider Moreira

BTR Presidente
BPS Vice-Presidente
BPS
BTR



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Duílio de Castro	BPS
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Almir Paraca	MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	MSC
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Rosângela Reis	BPS	Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	Vice-Presidente
Deputado Romeu Queiroz	BPS	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir	BPS
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Antônio Genaro	BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC
Deputado Carlin Moura	MSC
Deputado Fábio Cherem	BPS
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO****Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado	Presidente
Deputado	Vice-Presidente
Deputado	
Deputado	
Deputado	
Deputado	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

Ouvidor Parlamentar:

SUMÁRIO**1 - ATAS**

- 1.1 - 9ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - Pelos 25 anos de sua Fundação
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA**2.1 - Plenário****3 - ORDENS DO DIA**

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 4.1 - Plenário
- 4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****8 - ERRATA**



ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/5/2011

Presidência do Deputado Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Rômulo Viegas - Entrega de placa - Palavras do Sr. Mário Neto Borges - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Rômulo Viegas.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Liza Prado, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - pelos 25 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Mário Neto Borges, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -; Vicente Gamarano, Subsecretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, representando o Secretário, Nércio Rodrigues; Deputado Federal Bilac Pinto, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Baldonado Arthur Napoleão, Subsecretário de Estado do Agronegócio; Clélio Campolina Diniz, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -; Paulo Márcio de Faria e Silva, Reitor da Universidade Federal de Alfenas - Unifal - e Presidente do Fórum de Reitores do Brasil; Helvécio Luiz Reis, Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei; e Deputado Rômulo Viegas, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença da Exma. Sra. Marilena Chaves, Presidente da Fundação João Pinheiro; dos Exmos. Srs. Rogério Mamão Gouveia, jornalista do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, em nome do qual estendemos as nossas saudações aos demais representantes da imprensa presentes; Sérgio Hanriot, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC Minas, representando o Reitor dessa instituição; Dom Joaquim Giovanni Mol, representando o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo; Sebastião Gonçalves de Oliveira, Diretor-Presidente da Fundecit; Rodrigo Corrêa Oliveira, Diretor da Fiocruz-Minas; Antônio Lima Bandeira, Presidente da Epamig; Demetrius David da Silva, Diretor-Presidente da Funarbe; Marco Antônio Afonso, Presidente da Fundep; Antônio Carlos Braga, Superintendente da Fundação Renato Azeredo; da Exma. Sra. Catarina Linhares, Procuradora do Estado e da Fapemig; e do Exmo. Sr. Antônio Carlos de Barros Martins, Presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais - Fhemig.

Gostaríamos de dar ciência ao público presente, à Mesa e aos telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham das mensagens do Exmo. Sr. Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte, e do Exmo. Sr. Eduardo Azeredo, Deputado Federal, que manifestam seu pesar por não se fazerem presentes em razão de compromissos previamente agendados. Cumprimentam a instituição Fapemig, na pessoa do Sr. Mário Neto Borges, seu Presidente, e parabenizam o Deputado Rômulo Viegas pela iniciativa.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Rômulo Viegas

Boa-noite. Cumprimento o particular amigo, Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário desta Casa, que representa, nesta solenidade, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o particular amigo, Prof. Dr. Mário Neto Borges, Presidente da Fapemig, meu ex-Reitor, com quem tive oportunidade de trabalhar em nossa universidade, é um homem notável pelos seus conhecimentos e verdadeiramente grande pelas suas virtudes; o Subsecretário Vicente Gamarano, representando o Deputado Federal Nércio Rodrigues, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação; Exmo. Sr. Deputado Federal Bilac Pinto, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e ex-Secretário de Ciência e Tecnologia neste Estado e um grande apoiador da Fapemig, um grande braço-direito de todos nós; o colega, professor da nossa universidade, Baldonado Arthur Napoleão, Subsecretário do Agronegócio do governo de Minas; o Prof. Clélio Campolina Diniz, Exmo. Sr. Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais; o Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva, Exmo. Sr. Reitor da Universidade Federal de Alfenas e Presidente do Fórum de Reitores do Brasil; um particular cumprimento ao Prof. Helvécio Luiz Reis, Exmo. Sr. Reitor da nossa Universidade Federal de São João del-Rei; o Deputado Luiz Henrique, do meu partido, que muito nos honra com sua presença; a Profa. Valéria Kemp, Vice-Reitora da UFSJ; os demais Reitores, professores, funcionários, acadêmicos, imprensa e convidados; é com muito prazer



e honra que quero parabenizar a Fapemig por esta sua grande data solene. É momento importante, em que nós, que representamos o povo mineiro, prestamos homenagem à comemoração das bodas de prata desta que é a única agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais. Bem-formada, vigorosa, madura, cheia de ideias e com excelentes perspectivas de ascensão.

É dessa forma que a jovem, mas muito eficiente Fapemig, chega aos 25 anos. Ao longo de toda a sua existência, a fundação, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, já apoiou mais de 10 mil importantes projetos de pesquisa. Vou repetir: mais de 10 mil importantes projetos de pesquisa. Anualmente, cerca de 6 mil bolsas de estudo são concedidas e mais de 1.200 solicitações de apoio a eventos científicos, atendidas. Ao todo, são cerca de 180 funcionários muito bem gerenciados pela equipe do Prof. Mário Neto, entre servidores efetivos, de recrutamento amplo e terceirizados.

De 2003 a 2010, a Fapemig deu um salto histórico. Durante o governo de Aécio Neves e Antonio Anastasia - é claro que não foi apenas a Fapemig, mas o governo do Estado que, sob o comando de Aécio e Anastasia -, gerou um crescimento altamente expressivo. No que diz respeito a essa solenidade, vale a pena destacar que o montante de recursos recebidos pela Fapemig cresceu mais de 10 vezes, saindo de um patamar de R\$25.000.000,00 para ultrapassar a extraordinária marca de R\$284.000.000,00.

Num primeiro momento, a tarefa foi colocar ordem na casa, com a contribuição de todos os ex-Presidentes e ex-Diretores. Na primeira gestão do Governador Aécio, trabalhou-se bastante sobretudo pela recuperação da Fapemig, com ênfase no crescimento orçamentário, na modernização institucional, na desburocratização interna e na preparação de recursos humanos, com a execução do primeiro concurso público. Já na segunda gestão de Aécio, completada por Antonio Anastasia, foi a vez de cumprir, pela primeira vez na história da instituição, o dispositivo constitucional que destina o percentual mínimo de 1% da receita líquida corrente do Estado para a Fapemig.

Outra iniciativa bem-sucedida foi a edição de um arcabouço legal estadual moderno e ágil para a atuação da Fundação, com destaque para a lei mineira de inovação e para o fundo de incentivo à inovação tecnológica. A decisão corajosa e visionária de Aécio e Anastasia resultou em aumento do número de projetos apoiados, de bolsas concedidas, de intercâmbio de pesquisadores, de eventos financiados e, conseqüentemente, de maior apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Minas Gerais, com inestimáveis benefícios para mineiros e brasileiros.

Com mais musculatura, o número de cotas de bolsas concedidas, por exemplo, foi ampliado em 765%, chegando a 5.689 somente no ano de 2010. Já a quantidade de projetos financiados pela fundação foi ampliada em 326%, passando de 535, em 2003, para 1.744, em 2010. Caro Mário Neto, V. Exa. sabe muito bem que houve uma escalada de 3.000% no número de proteções de propriedade intelectual, nas quais a Fapemig é titular ou cotitular.

Ainda salta aos olhos o volume de recursos nominais investidos durante as duas gestões, de Aécio e Anastasia, em que o montante aplicado na Fapemig atinge 81% de todo o investimento da instituição.

Isso significa que, nos oito anos de mandato, foram investidos recursos da ordem de R\$1.200.000.000,00. Com a consolidação das conquistas, a Fapemig passou a ser um verdadeiro instrumento de desenvolvimento do Estado.

Mais robusta, a instituição incentivou a criação de redes de pesquisa científica no Estado e ampliou a sua participação nas redes nacionais. A dengue, a malária, a oncologia, a biotecnologia agroindustrial, a nanobiotecnologia, a farmacologia e a toxicologia, entre outros, são hoje alvos de seus competentes pesquisadores e estudiosos.

As parcerias internacionais também ganharam fôlego extra. Em 2010 ações foram efetivamente implantadas com a França, a Itália, a Alemanha e a Austrália, enquanto convênios foram assinados com o Reino Unido e o Canadá. Houve ainda negociações promissoras com os Estados Unidos, as quais deverão se concretizar ainda em 2011.

Alianças com o setor privado também foram celebradas. Empresas de grande porte, como a Fiat, a Ericsson e a Vale, estreitaram ou criaram laços com a Fapemig em prol da inovação tecnológica. Dessa forma, a Fundação vem cumprido seu papel de Agência Estadual de Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação, assegurando, por meio da produção, da disseminação e da agregação do conhecimento, o desenvolvimento econômico e social, de maneira sustentável, do Estado de Minas Gerais.

E o ano das bodas de prata só trará mais notícias boas para a comunidade científica e para toda a população. Uma nova sede começa a ser construída em Belo Horizonte, em uma região que está sendo chamada de cidade da ciência, já que reunirá instituições representativas da ciência, da tecnologia e da informação em Minas Gerais. O ano de 2011 ainda marcará a criação de um estatuto e de uma estrutura administrativa, adequados à nova fase e às ambiciosas e relevantes metas da instituição para o futuro.

Por todas essas razões, acredito que este aniversário é apenas o começo de mais 25 anos de sucesso da Fundação, que trabalha diariamente para o bem de cada mineiro.

Portanto, por meio de nosso requerimento e com a aprovação unânime dos parlamentares desta Casa Legislativa, estamos neste momento celebrando os 25 anos da nossa Fapemig. Queremos registrar a competência e a dedicação de todos os servidores, de todos os funcionários, de todos os professores, parceiros da Fundação, que se vinculam ao comando da Presidência, que só tenho a elogiar. Caro amigo Mário Neto, tenho orgulho de não ser apenas seu amigo, mas de ter convivido ao seu lado e aprendido muito. Muito obrigado e felicidades a nossa Fundação.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante o Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário desta Casa, representando o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Sr. Mário Neto Borges, Presidente da Fapemig, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Iniciando seus trabalhos em 1986, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - vem cumprindo, de maneira meritória, o seu papel de fomentadora da pesquisa e da inovação científica e tecnológica para o desenvolvimento do Estado. Tendo a honra de ser a única agência com essa finalidade em Minas Gerais, a instituição, ao aliar competência e visão de progresso, tornou-se também respeitada e reconhecida em todo o País por sua capacidade técnica e integradora. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece o valor da Fapemig para o desenvolvimento do Estado e rende a ela esta justa homenagem, na ocasião dos 25 anos de sua fundação".



O Sr. Presidente - Convido para partilhar essa entrega o Deputado Rômulo Viegas, autor do requerimento, o qual, em boa hora, lembrou-se desta justa homenagem que se faz à Fapemig. Convido também, para partilhar a entrega da placa, o Secretário Bilac Pinto, que, não só como Secretário, mas também como ex-Secretário da Pasta da Ciência e Tecnologia, dá valioso e reconhecido apoio ao trabalho feito pela Fapemig em Minas Gerais.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Mário Neto Borges

Boa-noite. Início os cumprimentos saudando os Srs. Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário da Assembleia, que representa o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente; Subsecretário Vicente Gamarano, representando o Secretário Nárcio Rodrigues, nosso Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o qual não pôde estar presente por motivos de viagem; Deputado Federal Bilac Pinto, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, com quem tive o grande prazer de trabalhar e que foi um dos grandes colaboradores para a reconstrução da Fapemig no primeiro mandato do Governador Aécio Neves; Prof. Paulo Márcio, magnífico Reitor da Universidade Federal de Alfenas, aqui representando o Fórum de Reitores do Brasil; e Prof. Helvécio Luiz Reis, magnífico Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei, que aqui é o Reitor dos dois homenageados de hoje, o Prof. Rômulo, que fez a homenagem, e nós, que representamos a Fapemig. Portanto o Prof. Helvécio tem uma importante participação. Saúdo o Prof. Clélio Campolina Diniz, Reitor da nossa universidade maior, a UFMG, onde fomos alunos e professores - temos um carinho especial por essa instituição. Saúdo ainda o Prof. Baldonado Arthur Napoleão, meu colega de universidade, Subsecretário de Estado do Agronegócio. De maneira muito especial e para representar todos os que já foram nominados, saúdo o Prof. José Israel Vargas, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia e também Secretário, sendo um dos grandes inspiradores da Fapemig e para o qual peço a todos uma salva de palmas.

Saúdo ainda, como não poderia deixar de fazer, lembrando que vou-me referir a ele em minha fala, o Prof. Rômulo Viegas, hoje Deputado Estadual, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, com a qual nós, da Fapemig, ficamos muito gratos e honrados, principalmente por saber que ela foi apoiada por unanimidade nesta instituição, revelando exatamente o reconhecimento do Poder Legislativo a esse importante vetor de desenvolvimento social e econômico do Estado de Minas Gerais, que é a nossa Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, é agora que vou começar a contar o meu tempo. É sempre muito difícil falar de uma instituição com a história da Fapemig. Assim, gostaria de começar parafraseando Martin Luther King, que, em dado momento da história americana, em um evento do qual participavam milhares de pessoas, usou uma frase muito importante: "I have a dream". Então, início a minha fala dizendo: a Fapemig tem um sonho! E esse sonho é transformar ciência, tecnologia e inovação em desenvolvimento socioeconômico sustentável e em um valor para a sociedade mineira e brasileira. Essa não é uma tarefa trivial, especialmente em um País com histórico de desenvolvimento como o Brasil. É este, no entanto, o ideal que a Fapemig tem perseguido ao longo dos seus 25 anos de história. Foram muitos momentos positivos; outros, nem tanto. Estão aqui Diretores e Presidentes anteriores da Fapemig, que sabem bem das dificuldades por que passamos. Porém, essas dificuldades foram superadas com o apoio de muitas figuras importantes e engajadas no propósito de fazer com que a Fapemig cumprisse os seus objetivos e se transformasse em um modelo de fomento à ciência e à tecnologia. Hoje, a Fapemig coleciona conquistas e pode-se dizer que desempenhou papel fundamental no avanço do Estado, na área da ciência, tecnologia e inovação. Ela inovou e se tornou uma das agências mais importantes do País. Isso, graças à visão de futuro e à vontade política de autoridades comprometidas com o desenvolvimento de Minas e do Brasil. Nesse contexto, merecem destaque o hoje Senador Aécio Neves, que, em 2007, foi o primeiro Governador do Estado a cumprir o dispositivo constitucional que destina 1% da receita orçamentária do Estado à Fapemig, cuja dotação orçamentária está estipulada na Constituição do Estado, votada e aprovada nesta Assembleia Legislativa. Na mesma linha, o atual Governador do Estado, Prof. Antonio Anastasia, mantém a decisão de seu antecessor e, publicamente, tem manifestado por reiteradas vezes seu apoio e reconhecimento à importância e ao trabalho da Fapemig. É com a visão de futuro de figuras notórias como essas, que conseguimos avançar nos patamares de desenvolvimento, aproximando a ciência brasileira dos padrões científicos internacionais. Somente nos últimos oito anos, a Fapemig, como disse o Deputado, recebeu 81% de todos os seus recursos, que são hoje 11 vezes maiores do que eram em 2003.

Naturalmente, o aumento se reflete em seus programas, em seus projetos e em eventos financiados, ampliando a sua carteira não só em modalidades, mas também na quantidade de projetos aprovados. Exemplo disso é o orçamento da fundação que, no ano passado, mais uma vez, bateu o próprio recorde, chegando a R\$284.000.000,00, também aqui já mencionado. Não é um valor desprezível para a capacidade de pesquisa do Estado de Minas Gerais. A Fapemig hoje se destaca pela interação nacional e internacional, firmando parcerias com outras fundações de amparo à pesquisa de outros Estados, com instituições federais, com empresas privadas - muitas delas aqui hoje nos honrando com a presença - e entidades internacionais, como já foram citadas, revelando-se atenta às movimentações externas e preocupada em apresentar uma gestão moderna, ágil e atual. Isso se deve, sem dúvida, além do apoio de políticos visionários, ao empenho de todos os seus funcionários, aos quais presto o meu reconhecimento, muitos deles hoje prestigiando essa solenidade. Agradeço a todos eles, nomeando especialmente meus colegas de Diretoria: Prof. José Policarpo Gonçalves de Abreu, nosso Diretor de Ciência Tecnologia e Inovação; e o Dr. Paulo Kléber Duarte Pereira, nosso Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças. Toda essa equipe unida soma esforços para o cumprimento de nossa missão institucional. Ganhamos visibilidade e respeitabilidade, não só na sociedade mineira mas também em nível nacional. O que levou a Fapemig a assumir, desde 2009, a Presidência do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, o Confap, que tenho o prazer de presidir atualmente.

Ainda como resultado desses esforços e evidência do reconhecimento pelo governo de sua importância para o desenvolvimento do Estado, destacamos a publicação, em janeiro deste ano, da lei delegada que estabeleceu nova estrutura para a fundação. Uma estrutura pioneira no Brasil que inclui novas assessorias adjuntas nas diretorias, gerências e departamentos de inovação únicos no País, além de reestruturar as áreas já existentes. Destaca-se também o início da construção da nova sede - também já mencionado aqui -, que será



um espaço projetado e concebido para atender às necessidades de uma agência de fomento na região, que está sendo denominada a Cidade da Ciência, porque lá se reúnem instituições representativas da ciência, tecnologia e inovação do Estado. Hoje, portanto, as perspectivas para a ciência mineira são as melhores. A Fapemig continuará investindo no fortalecimento e na criação de novos programas destinados a apoiar todas as etapas de geração e aplicação do conhecimento, incluindo a formação, atração e fixação de cientistas no Estado. Também continuará investindo nas parcerias com o setor empresarial, de forma a transformar esse conhecimento em riqueza e em oportunidade de trabalho e renda. Irá reforçar sua atuação internacional para que a ciência mineira e brasileira se equipare em qualidade àquela que é produzida nos países desenvolvidos.

Nesse ano de seu jubileu de prata, a Fapemig trará novidades importantes para continuidade do trabalho de desenvolvimento da ciência e tecnologia em Minas Gerais. As comemorações pelo 25º aniversário acontecerão ao longo de todo o ano, e todos estão convidados a participar das atividades programadas. Vamos mostrar à comunidade científica e à sociedade mineira em geral a importância de se ter ciência, tecnologia e inovação entre os valores de uma sociedade culturalmente avançada. Ao fazer isso, mostramos também que a Fapemig vem cumprindo o seu papel e que ele é essencial para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do Estado de Minas Gerais. Abrimos as comemorações do jubileu exatamente na data de hoje, que é tão importante para a nossa instituição. Agradeço o reconhecimento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao trabalho que a Fapemig vem desenvolvendo ao longo da sua trajetória. Agradeço também ao Presidente desta Casa, por meio do seu representante, Deputado Dilzon Melo, esta oportunidade. De maneira muito especial, agradeço ao Deputado Rômulo Viegas, requerente desta reunião.

O Deputado Rômulo Viegas é parceiro desde o tempo em que fui Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei. Lá, foi um grande colaborador da nossa administração e mostrou a sua competência administrativa e acadêmica. Há muitos anos acompanho o trabalho do Deputado e afirmo que Minas Gerais foi muito feliz ao elegê-lo para fazer parte do Legislativo mineiro. Com longa experiência na vida pública como Prefeito de São João del-Rei, Subsecretário do governo Aécio Neves e Presidente de conselhos e associações, o Deputado Rômulo Viegas sempre lutou pela disseminação da cultura, da história e da educação no Estado. A partir desta homenagem, o Deputado Rômulo Viegas passa a empunhar também a bandeira da ciência, da tecnologia e da inovação. Espero que nunca mais a abandone e que continue ao nosso lado em sua trajetória política. Agradeço a ele e a todos que se posicionaram a favor desta homenagem, que lisonjeia não apenas a direção da Fapemig, mas também a todos os nossos colaboradores, aos servidores e à direção da nossa instituição. Certamente a comunidade científica do Estado pode esperar por transformações que marcarão historicamente os 25 anos da Fapemig.

Estando à frente dessa instituição tão importante, sinto-me feliz e honrado com os resultados alcançados e com todos os motivos que temos para comemorar.

Quero encerrar essas palavras afirmando que a Fapemig não deve ser a única a ter razões para a celebração. Todos os presentes têm motivos a comemorar, já que a sociedade mineira é a principal beneficiária dos avanços científicos e tecnológicos que temos alcançado graças à Fapemig. Agradeço sempre o companheirismo, a força e o suporte da minha família, da minha esposa e dos meus filhos. A todos vocês, muito obrigado por estarem presentes.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Grupo Amaranto, que interpretará a música “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso.
- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Mário Neto Borges, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais; Subsecretário Vicente Gamarano, representando o Sr. Nárccio Rodrigues, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Secretário Bilac Pinto, Deputado Federal, também ex-Secretário dessa Pasta e que tanta inovação e dinâmica deu à Fapemig; Subsecretário do Agronegócio, ex-Deputado Baldonado Arthur Napoleão, nosso colega desta Casa que tanta contribuição deu ao Estado quando aqui esteve e que ainda continua dando com a sua atuação nos órgãos do Estado; Clélio Campolina Diniz, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais; Paulo Márcio de Faria e Silva, Reitor da Universidade Federal de Alfenas e Presidente do Fórum de Reitores do Brasil; Helvécio Luiz Reis, Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei; Deputado Rômulo Viegas, prezado companheiro, autor deste requerimento, é uma felicidade tê-lo como colega nesta Casa pelos seus méritos, pela sua busca e por sua incessante demonstração de interesse pelo Estado de Minas Gerais, em particular, pela nossa querida São João del-Rei - tive o prazer de tê-lo como Subsecretário na Pasta hoje tão bem comandada pelo Bilac Pinto, da nossa Sedru, que por méritos está aqui defendendo a sua região e o Estado; prezados companheiros, Deputado Luiz Henrique, demais autoridades, Reitores; boa noite. Quero fazer uma saudação ao nosso Grupo Amaranto. Esta Assembleia sempre descobrindo coisas novas, artistas novos, com grande potencial. Parabéns pela apresentação.

A concisão com que Monteiro Lobato, no século passado, definiu nossa necessidade de progresso, ao afirmar que um país se constrói com homens e livros, pode ser reelaborada com uma frase mais adequada ao tempo presente. Um país, tendo em vista a construção de seu futuro, ainda se constrói com homens e livros, mas também com muita ciência, alta tecnologia, pesquisa de ponta e inovação criadora.

No novo ritmo da história contemporânea, quando novas lideranças mundiais já se desenham com um firme contorno, o Brasil precisa, fundamentalmente, de uma educação mais ampla e de melhor qualidade para seu povo. Educação de qualidade implica, em seu patamar mais extremo, atualização tecnológica, criatividade e pesquisa científica, quando se tem em mente a inauguração de uma nova era à altura das enormes potencialidades de nosso país e de nossa gente. É nesse contexto que, nos últimos 25 anos, a Fapemig tem construído uma trajetória que vem cumulando realizações e inovação.

A Fapemig, ao ser reconhecida como uma das maiores agências de fomento do País, não só correspondeu à vontade inicial de sua criação, de incorporar tecnologia atualizada aos setores industriais do Estado, como se constituiu num dos principais indutores do desenvolvimento em Minas Gerais. Com o trabalho de sua habiladíssima equipe, marcado pelo comprometimento e pela excelência, a Fapemig financiou importantes projetos de pesquisa e capacitou um considerável número de cientistas, concedendo também bolsas e apoiando eventos e publicações na área.



Ainda jovem, a fundação surpreende ao desempenhar um papel consolidado na vida do Estado, já percebida como um dos motores de nosso desenvolvimento econômico e social. Parceira de grandes empresas, como a Fiat ou a Vale, vem paulatinamente se internacionalizando, presente em projetos em andamento em alguns dos países mais importantes do mundo atual, tais como Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Austrália.

Confiando na atuação da Fapemig e na consequente consolidação de nosso setor científico, apostamos, para as próximas décadas, na difusão de um desenvolvimento sustentável, com uma tecnologia limpa, voltada, em última instância, para o bem-estar de nossos cidadãos. A sociedade mineira, com reflexos em todo o País, é a grande beneficiária do trabalho ético e inovador da Fapemig.

Portanto, todos nós precisamos, com a urgência que remete a um prazo longo e contínuo, de todos os talentos dos pesquisadores e técnicos, da visão conjunta de futuro e da seriedade dos tão necessários projetos desenvolvidos pela agência. O futuro de Minas e do Brasil está estritamente ligado ao destino da Fapemig. Que os próximos 25 anos sejam, portanto, ainda mais férteis e promissores, ainda mais, para que uma aspiração, que é também nossa, seja de inabalável convicção. Ainda tão jovem, com 25 anos, queremos parabenizar a Fapemig, principalmente, não só pelo seu nascimento, mas por seus momentos atuais.

Quero dar testemunho, como Deputado de seis mandatos, que, andando pelo interior de todas as Minas, tenho recebido frequentes elogios pelo comportamento da Fapemig, desde a época de Aécio Neves até os dias atuais. Posso testemunhar que tantas e tantas vezes perdemos aplicações de recursos pela Fapemig. Quando muito, eles eram repassados à nossa Universidade Federal para que algum recurso fosse aplicado.

Hoje temos o apoio que, sob a batuta do Secretário Bilac Pinto, que, quando lá esteve, determinou que a Fapemig desse substancial apoio às nossas faculdades do interior de Minas Gerais, em especial, à faculdade do Estado, para que ela possa descobrir valores e implementar uma tecnologia nova, mostrando que Minas é pioneira, não só nos avanços do Estado, mas também na cultura e no reconhecimento dos valores científicos que o Estado possui. Portanto, Mário, a sua ação à frente da Fapemig deverá ser ainda mais brilhante pela sua capacidade e pelo seu comprometimento à frente desse órgão, pelos recursos que o Estado tem repassado e que hoje são investidos rigorosamente na capacitação da Fundação, os quais no passado eram devolvidos.

Aqui o senhor tem companheiros que defenderão a Fapemig e também a incentivarão, como o Deputado Rômulo Viegas faz, não só pelo professor que é, mas também pelo comprometimento que tem principalmente na área científica. Esta Casa sempre lhe dará o sustentável apoio para que projetos de toda natureza se traduzam em investimentos em Minas Gerais. Entendemos que um Estado só se faz grande não pelos recursos que arrecada, mas principalmente pelo desenvolvimento e pela qualidade de vida do seu povo, que vem por meio das pesquisas que a Fapemig tem atualmente subsidiado ou incentivado com tanta maestria.

Parabéns, Bilac, pela iniciativa à frente desse órgão; Mário, pelo comprometimento e pela condução do trabalho da Fapemig; Rômulo, por esta iniciativa de 25 anos. Queremos que a Fapemig seja reconhecida não só pela idade, mas também pelo que tem feito em prol deste Estado, que tem sido cantado em verso e prosa em todo o País, pelo comprometimento e pela grandeza dos recursos que ela aplica. Parabéns a todos. Esta Casa sente-se muito honrada e engrandecida em fazer esta reconhecida homenagem, que é lembrada prontamente pelo Deputado Rômulo Viegas. Sejam felizes e que Deus continue abençoando o trabalho dos senhores. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 17/5/2011.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/5/2011

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Ulisses Gomes, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura) e os Deputados Zé Maia, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação do BPS) e Sebastião Costa (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Comunica que na reunião ordinária da próxima quarta-feira, dia 11/5, representantes das Secretarias de Planejamento e Gestão e de Fazenda estarão aqui para cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado, referentes ao último quadrimestre de 2010 e ao primeiro quadrimestre de 2011, e faz a leitura da Decisão da Presidência sobre a questão de ordem suscitada pelos Deputados Célio Moreira e Sávio Souza Cruz acerca da aplicação do art. 102 do Regimento Interno no que diz respeito aos temas pertinentes a cada comissão permanente. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 823/2011 (Deputado Gustavo Perrella) e 879/2011 (Deputado Ulisses Gomes), no 1º turno. Registra-se a presença dos Deputados Antônio Júlio, Doutor Viana, Gustavo Perrella e Ulysses Gomes. A Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Sebastião Costa tiram-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 519/2011 (relator: Deputado Duarte Bechir), 601/2011 (relator: Deputado Doutor Viana) e 821/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Antônio Júlio); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 231/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os



Requerimentos nºs 408 e 507/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Zé Maia, Presidente - Doutor Viana - Gustavo Perrella - Romel Anízio.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/5/2011

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira (substituindo o Deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rômulo Veneroso. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e informa o recebimento de comunicação do Deputado Neilando Pimenta, em que justifica sua ausência na reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 160/2011 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 257/2011, no 1º turno, que recebeu parecer pela rejeição (relator: Deputado Bosco), teve sua discussão adiada, a requerimento do Deputado Carlin Moura, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 437, 438, 503 e 541/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1, 2, 3 e 46/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Cássio Soares, Sargento Rodrigues, Zé Maia, Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta, Paulo Lamac e Celinho do Sinttrocel em que solicitam seja realizado fórum técnico da Comissão e da Comissão de Segurança Pública para debater a segurança nas escolas; Adelmo Carneiro Leão, Antônio Carlos Arantes, Bosco, Duarte Bechir e Rogério Correia (4) em que solicitam sejam encaminhados pedidos de providência à Secretaria de Educação para promover ações de qualificação e orientação aos gestores educacionais da rede estadual de ensino sobre alimentação escolar; ao governo do Estado para incluir profissional da área de nutrição na estrutura da Secretaria de Educação para orientar sobre a alimentação escolar; e ao MEC para mobilizar ações que modifiquem a legislação vigente de forma a assegurar a oferta de alimentação escolar nos 365 dias do ano, e não apenas nos 200 dias curriculares; bem como pedido de informação à Secretaria de Educação sobre o número de unidades da rede estadual de ensino que já atendem ao disposto no "caput" do art. 14 da Lei Federal 11.947, de 2009; André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Participação Popular e de Segurança Pública, no Município de Juiz de Fora, para debater as condições precárias na segurança de algumas escolas da rede estadual de ensino, em especial a ocorrência de enfrentamento entre gangues, agressões e a morte de um adolescente; Rômulo Veneroso em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação dos servidores públicos da educação no Município de Betim; Bosco, Dalmo Ribeiro Silva e Carlin Moura (2) em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações acerca dos fatos relatados em documento encaminhado pelo Sind-UTE, subsele de Pouso Alegre, e seja encaminhado voto de congratulações com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime-MG - pela realização do 22º Fórum Estadual da Undime-MG. É adiada a votação do requerimento do Deputado Rômulo Viegas em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o "bullying" nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais, a requerimento do Deputado Carlin Moura, aprovado pela Comissão. É prejudicado o requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a implementação, no Estado, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico - Pronatec -, com fulcro no inciso I, art. 284 do Regimento Interno. São recebidos pela Presidência requerimentos da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet-MG -, especialmente a contratação e a manutenção de corpo docente e a viabilidade de sua transformação em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais; e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o consórcio das universidades Sul-Sudeste de Minas Gerais, chamada "Superuniversidade do Sudeste" e em que solicita seja encaminhado voto de congratulações com a Sra. Romilda dos Reis, Diretora da 32ª Superintendência de Ensino de Pouso Alegre e com o Sr. José Maria Dias, Diretor da Escola Estadual Cristiano Machado, situada no Município de Ipuina, pela inauguração da referida escola; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 388/2007, em tramitação no Senado Federal, que altera o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20/12/96, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Bosco, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Carlin Moura - Neilando Pimenta - Paulo Lamac.



ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Às 14h10min, comparecem na Câmara Municipal de Juiz de Fora a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Carlos Henrique e Bruno Siqueira (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir supostas irregularidades na instalação de radares no Município de Juiz de Fora e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Júlio Carlos Gasparette, 1º Vice-Presidente, representando o Sr. Carlos César Bonifácio, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora; Tadeu José de Mendonça, Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais; Marcio Gomes Bastos, Secretário Municipal de Transportes e Trânsito; Roberta Ruhena, Subsecretária Operacional de Transporte e Trânsito Urbano; Paulo César Ramalho, Promotor de Justiça da Comarca de Juiz de Fora; Jean Michel Costa do Amaral, 1º Comandante do Policiamento de Trânsito Urbano; e Isauro Calais, Antônio Martins (Tico-Tico), Vereadores, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita reunião de audiência pública para discutir a questão tributária referente a conta de energia elétrica; e Délio Malheiros, Liza Prado e Carlos Henrique (3) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Desenvolvimento Social pedido de que envie a esta Comissão levantamento detalhado das famílias de baixa renda contempladas com o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 12.212, de 2010; à Câmara Municipal de Juiz de Fora, especialmente ao Vereador Isauro Calais, cópia do laudo técnico sobre a instalação de radares, o qual está sendo elaborado por essa Casa; e à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de que envie cópia do contrato licitado para instalação de radares no Município, bem como a cópia do laudo prévio necessário para sua instalação e outros documentos que se entenderem necessários à apuração dos fatos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/5/2011

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, André Quintão, Delvito Alves e Carlin Moura (substituindo o Deputado Bruno Siqueira, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Rosângela Reis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.498, 1.504, 1.506, 1.510, 1.519, 1.523, 1.524, 1.536, 1.537, 1.541, 1.545, 1.547, 1.549, 1.551, 1.558, 1.560, 1.564, 1.565, 1.566 e 1.571/2011 (Deputado André Quintão); 1.509, 1.513, 1.515, 1.521, 1.529, 1.533, 1.544, 1.546, 1.553, 1.562, 1.569, 1.570, 1.578 e 1.579/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 1.457, 1.500, 1.501, 1.503, 1.507, 1.522, 1.525, 1.528, 1.542, 1.550, 1.556, 1.567, 1.576 e 1.577/2011 e Projeto de Resolução nº 1.582/2011 (Deputado Cássio Soares); Projeto de Lei Complementar nº 9/2011 e Projetos de Lei nºs 1.496, 1.497, 1.499, 1.511, 1.512, 1.514, 1.518, 1.534, 1.538, 1.540, 1.543, 1.552, 1.561 e 1.572/2011 (Deputado Delvito Alves); 1.494, 1.505, 1.516, 1.517, 1.526, 1.548, 1.554, 1.563, 1.573, 1.574 e 1.581/2011 (Deputado Luiz Henrique); 1.495, 1.502, 1.508, 1.527, 1.530, 1.531, 1.532, 1.535, 1.555, 1.557, 1.559, 1.575 e 1.580/2011 (Deputada Rosângela Reis); Projeto de Lei Complementar nº 8 e Projetos de Lei nºs 1.520 e 1.568/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Retira-se da reunião o Deputado André Quintão. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e à Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana o Projeto de Lei Complementar nº 4/2011, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária o Projeto de Lei nº 588/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, o segundo em virtude de redistribuição); e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 886/2011 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 5/2011, com voto contrário do Deputado Carlin Moura (relator: Deputado Cássio Soares); 80 e 604/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, o segundo em virtude de redistribuição); e 397/2011 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição). Os Projetos de Lei nºs 103, 599 e 613/2011 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Rosângela Reis, aprovado pela Comissão. Anunciada a votação do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 322/2011, é aprovado requerimento do Deputado Delvito Alves solicitando o adiamento da votação. Os Projetos de Lei nºs 744, 86 e 1.076/2011 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 27/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado tendo em vista solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Carlin Moura, em virtude de redistribuição. Após



discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 95/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 99/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Carlin Moura, em virtude de redistribuição); 469/2011 (relator: Deputado Delvito Alves); e 730/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 643/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 900/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Luiz Henrique - Cássio Soares - André Quintão - Bruno Siqueira - Delvito Alves - Rosângela Reis.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2011

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 542/2011, do Governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 1, e 594/2011, do Governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 519/2011, do Deputado Mauri Torres, na forma do vencido em 1º turno, 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, na forma do vencido em 1º turno, e 821/2011, do Deputado Fred Costa, na forma do vencido em 1º turno.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/5/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 280/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Presidência da Cemig pedido de informações com cópia do relatório do dia 27/2/2011, que contém dados sobre a rede elétrica no Município de Bandeira do Sul. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 281/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado, pedido de informações sobre a relação de acidentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte de 2008 a 2011, com a data, o local e o número de vítimas, os quais tenham envolvido motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros e motoristas amadores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 282/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado, pedido de informações sobre a relação de acidentes na BR-381, no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Governador Valadares, de 2008 a 2010, com a data, o local e o número de vítimas, os quais tenham envolvido motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros e motoristas amadores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 18/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: averiguar possíveis violações de direitos humanos por parte do Grupo de Intervenção Tática - GIT - durante operações no Presídio de São Joaquim de Bicas II e no Ceresp - Gameleira, que, segundo denúncias teriam ocasionado a morte de um interno, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 18/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 316/2011, do Deputado Célio Moreira; 357/2011, do Deputado Fred Costa; 762/2011, do Deputado Wander Borges; 819 e 820/2011, do Deputado Gilberto Abramo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 98/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 264/2011, do Deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 582/2011, do Deputado Elismar Prado; 822/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Requerimento nº 635/2011, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 628/2011, do Deputado Marques Abreu.

Finalidade: discutir, com convidados, a situação em que se encontra a Superintendência Estadual de Ensino da cidade de Muriaé.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 720/2011, do Deputado Almir Paraca.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4/2011, do Governador do Estado; 126/2011, do Deputado Elismar Prado; 535/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 625/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 687/2011, do Deputado Bosco; 689/2011, do Deputado Neilando Pimenta; e 695/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 938/2011, do Deputado Antônio Júlio, e 969/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 642/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 18/5/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes da Sra. Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS;



do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam; da Sra. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP; da Sra. Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg; do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig; do Sr. José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG; do Sr. Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG; e do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex; e, na 2ª Fase, à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião com a presença de convidados, a ser realizada em 18/5/2011, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir uma solução definitiva para a demanda dos militares e de seus familiares que residem em moradia funcional cedida pela PMMG, em face das notificações expedidas para desocupação dos imóveis, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença dos convidados mencionados na pauta, a ser realizada em 19/5/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a prevenção e o combate à dengue no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 842/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade instituir a Semana do Consumo Consciente.

A proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, da qual recebeu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos dos arts. 188, 102, IV, "b", e 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 842/2011 tem por escopo instituir a Semana do Consumo Consciente, a ser realizada anualmente na semana que contenha o dia 15 de março, quando serão promovidas atividades educativas de conscientização para sensibilizar a sociedade sobre a importância do uso consciente do dinheiro e do consumo sustentável.

Em sua análise sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, que tem como objetivo alterar a Lei nº 13.136, de 12/1/99, que institui o Dia do Consumidor de Minas Gerais, acrescentando que, na data, serão promovidas atividades educativas sobre o tema.

Lidar com dinheiro no mundo globalizado é um desafio para grande parte da população, que, por ter pouca noção de economia e deixar-se seduzir pela propaganda, facilmente se endivida. As famílias nessa situação têm dificuldade de educar os filhos adolescentes para que não se tornem consumistas e desregrados.

Entender de onde vem e para onde vai o próprio dinheiro pode melhorar sua utilização, criando condições para uma situação financeira saudável, em que é possível prosperar, ter uma vida confortável, conquistar sonhos e preparar-se para o futuro, ao mesmo tempo.

Para a construção de uma sociedade consciente e capaz de se relacionar com a própria moeda, é necessário que o cidadão desenvolva competências e habilidades para comparar, equilibrar finanças, enfrentar despesas imprevistas, economizar e evitar fraudes. Tal preparação tem como finalidade melhorar sua compreensão dos produtos financeiros disponíveis no mercado, que estão



mais complexos a cada dia, além de desenvolver valores e competências em relação ao uso equilibrado do dinheiro, comprometido com o futuro individual e coletivo.

O uso consciente dos recursos disponíveis exige planejamento e escolhas dentro de prioridades previamente estabelecidas. Para tanto, são necessárias informações sobre orçamento familiar e a melhor hora de investir. É importante falar de dinheiro com os filhos, sobre como evitar dívidas desnecessárias ou sair do vermelho, além de como utilizar de forma correta os serviços de crédito oferecidos pelas instituições financeiras.

Uma boa gestão dos próprios recursos financeiros e a compreensão dos impactos de cada escolha sobre o próprio orçamento, as relações sociais, a natureza e a economia são consequências do consumo consciente.

Outro conceito que se torna fundamental para a sociedade é o de consumo sustentável, construído a partir da noção de desenvolvimento sustentável, que engloba cuidados com os recursos naturais esgotáveis, como água e energia, a reciclagem de materiais e a utilização de apenas o necessário. Assim, estarão sendo garantidos o crescimento da economia global de forma equilibrada e a vida das gerações futuras, evitando-se a falta de recursos naturais devido ao consumo exagerado.

Diante dessas informações, a pretensão do projeto de lei em análise mostra-se oportuna e meritória. Realmente o poder público pode colaborar muito com a promoção de atividades educativas para conscientizar a população sobre a necessidade de mudanças nos padrões de consumo que possam aliar a qualidade de vida e um futuro tranquilo ao crescimento do País, com a manutenção do equilíbrio do meio ambiente.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 842/2011, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Duilio de Castro, relator - Antônio Júlio - Carlos Henrique.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 416/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado e decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.535/2008, o projeto de lei em epígrafe “dispõe sobre os serviços telefônicos de atendimento ao cliente e dá outras providências”.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, da qual recebeu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, por ela apresentado.

Vem, agora, a matéria a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, na forma do art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob comento tem por escopo disciplinar os serviços de atendimento ao consumidor, por via telefônica, estipulando o tempo máximo de espera e prevendo sanções para os fornecedores que não cumprirem os comandos insculpidos na norma.

Ao proceder ao exame preliminar do projeto, a Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer concluindo por sua juridicidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou com o fim não só de ajustar o projeto à técnica legislativa, como também de excluir comandos insculpidos na norma de serviços regulados pelo poder público federal, os quais já se encontram disciplinados. Dessa forma, o art. 1º recebeu nova redação, de modo a excluir do cumprimento da obrigação as empresas que disponibilizam serviços regulados pelo poder público federal.

A alteração mostrou-se pertinente, uma vez que foi editado o Decreto nº 6.523, em 31/7/2008, que regulamenta a Lei nº 8.078, de 11/9/90, disciplinando a prestação dos serviços regulados pelo poder público federal. Pode-se citar, entre eles, a telefonia, o fornecimento de energia elétrica, a aviação civil e os serviços bancários.

Segundo portaria editada pelo Ministério da Justiça, o tempo máximo de espera pelo atendimento prestado por essas empresas não pode ultrapassar 60 segundos, e, no caso das instituições financeiras e administradoras de cartão de crédito, a espera fica reduzida a 45 segundos.

Em face da competência da União para editar, por decreto ou por quaisquer outros atos administrativos, as regras relativas à prestação dos serviços por ela regulados, remanesceu ao Estado a prerrogativa de disciplinar a matéria em relação às demais empresas que nele atuam.

Constata-se que o Substitutivo nº 1 está em plena consonância com a norma federal, não apenas no tocante às penalidades a serem aplicadas aos fornecedores que não observarem as condutas prescritas no decreto, como também em relação ao tempo de espera previsto na proposta original, que foi reduzido para 60 segundos.

Reiteramos o entendimento de que o desgaste ocasionado aos consumidores que se utilizam dos SACs, patrocinados pelos fornecedores de serviço, há muito estava a impor uma intervenção do poder público, com o objetivo de regulamentar a matéria. Por isso, manifestamo-nos favoravelmente à proposta, que certamente será acolhida não apenas pela sociedade, como também pelos órgãos de defesa do consumidor, os quais terão elementos para penalizar as empresas que não se ajustarem à nova determinação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 416/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Antônio Júlio - Carlos Henrique - Duilio de Castro.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 724/2011****Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte****Relatório**

De autoria do Deputado Gilberto Abramo, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.230/2008, torna obrigatória a disponibilização de serviço gratuito de teleatendimento pelas empresas que mantenham serviço de atendimento ao cliente.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende obrigar as empresas que mantêm serviço de atendimento ao cliente a disponibilizar serviço gratuito de teleatendimento.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, aperfeiçoando o projeto, suprimindo as ilegalidades e restringindo o alcance da proposição às empresas de grande porte, com faturamento anual superior a R\$12.000.000,00, e que não disponham de escritórios para atendimento “in loco” ao consumidor.

Passamos à análise do projeto, no âmbito de nossa competência regimental.

A Constituição da República estabelece, no art. 5º, inciso XXXII, que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor. Por sua vez, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90) dispõe, especialmente nos arts. 6º, 7º, 39 e 40, sobre os direitos básicos do consumidor e a vedação de práticas abusivas por parte do fornecedor de produtos e serviços. Da análise dos referidos dispositivos, verifica-se que é assegurado ao consumidor o direito a informações corretas, claras e precisas, bem como a reclamações sobre produtos ou serviços adquiridos.

Ressalte-se que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.704, de 2006, que altera os arts. 6º e 39 da Lei nº 8.078, de modo a proibir que sejam cobrados do consumidor os serviços telefônicos para recepção de reclamações referentes a vícios ou defeitos em produtos e serviços ou para prestação de informações.

Esta Comissão entende que, de fato, não é razoável que o consumidor pague para reclamar por um produto ou serviço ou para obter informação sobre sua utilização. Há que considerar, ainda, que o fato de o ônus dessas ligações telefônicas recair integralmente sobre os usuários desestimula a busca de esclarecimentos e o registro de reclamações por parte destes. As ligações estendem-se, muitas vezes, por longos períodos, com infundáveis opções sendo oferecidas, uma após a outra, aumentando o tempo de espera para o atendimento e encarecendo o serviço. De fato, o direito do consumidor de reclamar e solicitar informações é tolhido e restringido quando se transfere para ele o ônus da chamada telefônica.

Assim, consideramos que a proposição vem atender ao interesse do consumidor e merece ser aprovada. Por outro lado, entendemos que deve ser ampliado o alcance da norma, uma vez que o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, obriga apenas a empresa que tiver receita bruta anual superior a R\$12.000.000,00. Consideramos conveniente excluir apenas as microempresas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Além disso, as empresas que estão obrigadas à observância da norma objeto da proposição necessitarão de prazo para se adequarem à medida. Por essa razão, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 2.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 724/2011 na forma do Substitutivo nº 2, a seguir redigido, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Torna obrigatória a disponibilização de serviço gratuito de teleatendimento pelas empresas que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As empresas que desempenham atividades no Estado e não mantêm escritórios para atendimento “in loco” ao consumidor ficam obrigadas a disponibilizar serviço gratuito de teleatendimento.

Parágrafo único – Excluem-se do disposto no “caput” deste artigo as microempresas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Antônio Júlio - Duílio de Castro - Carlos Henrique.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 812/2011**Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte****Relatório**

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Zé Maia, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 324/2007, dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem bebedouros e sanitários nos locais de atendimento ao público.

Publicado em 4/3/2011, foi o projeto distribuído preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1.



Em cumprimento do disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 1.422/2011, de autoria do Deputado Juninho Araújo, o qual dispõe sobre o atendimento a clientes em agências ou postos de atendimento de estabelecimentos bancários.

Agora, para atender ao que dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno, vem a proposição a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

O projeto em tela pretende compelir os estabelecimentos bancários a adotarem medidas que proporcionem mais conforto aos usuários dos seus serviços, no que concerne à instalação de bebedouros e sanitários nos locais de atendimento ao público.

A proposição nº 1.422/2011, ora anexada ao projeto, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.007/2007, que tramitou nesta Casa em legislatura anterior, trata também de condições de atendimento a clientes em agências e postos de atendimento de estabelecimentos bancários.

A Comissão de Constituição e Justiça informou que tal obrigação, entretanto, já se encontra prevista na Lei nº 14.235, de 2002, em seu art. 4º. Acrescentou que boa parte dos agentes financeiros do Estado não cumpre essa determinação legal e que a Lei nº 11.666, de 1994, estabelece normas para a adaptação dos bebedouros e dos sanitários para o atendimento de pessoas com deficiência física, as quais se aplicam ao caso em análise, razão pela qual apresentou o Substitutivo nº 1.

É importante frisar que o mercado financeiro, por sua vez, não apresenta em si mesmo mecanismos eficientes para superar as vulnerabilidades dos consumidores, nem mesmo para mitigá-las. A proteção integral, sistemática e dinâmica do consumidor não é baseada na tutela pura e simples deste. Essa tutela é baseada em aspectos da relação de consumo entre instituições bancárias e o consumidor, pertinentes aos produtos e serviços disponibilizados pela rede bancária, de modo a evitar atuações abusivas, relativas a situações de crédito e/ou financiamento por parte das instituições financeiras, inclusive na infraestrutura de atendimento ao cliente. Assim se propicia o respeito à dignidade, à saúde, à segurança, à melhoria de qualidade de vida, à transparência e à harmonia nas relações de consumo efetivadas.

Restou claro o prejuízo para os consumidores, primeiro em função do descumprimento de normas obrigatórias por grande parte das instituições bancárias, e, segundo, pelo fato de as medidas adotadas até o momento não serem suficientes para assegurar as necessárias condições para a permanência do cliente nas dependências das instituições bancárias. Por essas razões, reiteramos as alterações propostas pelo Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Atente-se para o art. 5º da Lei nº 14.235, de 2002, segundo o qual o descumprimento dessa lei sujeita o estabelecimento infrator à penalidade de advertência escrita, e, em caso de reincidência, à multa pecuniária de R\$5.320,00 (cinco mil trezentos e vinte reais).

Dessa forma, o projeto de lei ora apresentado suplementa a proteção emanada pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor ao prever, de forma mais precisa, as alterações nas instalações de banheiro, bebedouro e nos assentos individuais para os clientes da rede bancária, bem como as adequações necessárias para as pessoas com deficiência física. Este relator entende, além disso, que as medidas sugeridas pela proposição em tela são carregadas de relevante significado social e que, por todas essas razões, o projeto deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 812/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Carlos Henrique, relator - Duílio de Castro - Antônio Júlio.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 41/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 41/2011, de autoria do Deputado Elismar Prado, que declara de utilidade pública o Centro de Assistência Fraternidade Universal – Ceafu –, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 41/2011

Declara de utilidade pública a entidade Centro de Assistência Fraternidade Universal – Ceafu –, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Centro de Assistência Fraternidade Universal – Ceafu –, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique, relator - Gustavo Valadares.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 134/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 134/2011, de autoria do Deputado Elismar Prado, que declara de utilidade pública a Associação Cristã Banco da Solidariedade – Bansol –, com sede no Município de Montes Claros, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 134/2011

Declara de utilidade pública a Associação Cristã Banco da Solidariedade – Bansol –, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cristã Banco da Solidariedade – Bansol –, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique, relator - Gustavo Valadares.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 139/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 139/2011, de autoria do Deputado Elismar Prado, que declara de utilidade pública a Associação Rede de Valorização de Itueta para o Desenvolvimento Autossustentável – Rede Vidas –, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 139/2011

Declara de utilidade pública a entidade Rede de Valorização de Itueta para o Desenvolvimento Autossustentável – Rede Vidas –, com sede no Município de Itueta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Rede de Valorização de Itueta para o Desenvolvimento Autossustentável – Rede Vidas –, com sede no Município de Itueta.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Gustavo Valadares, relator - Luiz Henrique.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 246/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 246/2011, de autoria do Deputado Elismar Prado, que declara de utilidade pública a Associação dos Usuários das Águas do Ribeirão Pavões e Região – Auapa –, com sede no Município de Patrocínio, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 246/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Usuários das Águas do Ribeirão Pavões e Região – Auapa –, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Usuários das Águas do Ribeirão Pavões e Região – Auapa –, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Gustavo Valadares, relator - Luiz Henrique.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 11/5/2011

O Deputado Tenente Lúcio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. O assunto que nos traz a esta tribuna nos dá muita satisfação e alegria: Uberlândia está entre as seis cidades de Minas Gerais pré-selecionadas para ser centro de treinamento de seleções, mais conhecido como subsede. Sei que a Fifa e a CBF não gostam que se dê esse nome, mas, como sempre falamos em subsede - vários jornalistas usam esse termo -, preferi usá-lo, para que as pessoas entendam.

No meu caso, tudo começou como Presidente da Comissão de Turismo na legislatura passada. Antes de ser Deputado, fui, em Uberlândia, Vereador por quatro mandatos, três vezes Presidente da Câmara e Secretário Municipal de Esportes por dois mandatos, quando João Leite era Secretário do Município de Belo Horizonte - aliás, ele sempre dizia que Uberlândia sempre teve, como ainda tem, uma estrutura de campos de futebol, ao menos de campos amadores, muito melhor do que a própria Capital. Batalhamos muito e, desde o primeiro dia em que assumi um mandato nesta Casa, como suplente, na legislatura passada, já pela metade do mandato, abraçamos a ideia de Uberlândia ser uma subsede da Copa de 2014. Aliás, tenho em mão um folheto a esse respeito, de 2009, que aprovamos inicialmente em nossa Comissão de Turismo, Comércio e Cooperativismo, de que eu era Presidente já nessa época. Depois, fomos atrás das partes políticas, em busca de apoio, pois sempre tive certeza de que Uberlândia possuía quase a totalidade da parte estrutural necessária.

Na época, procuramos pelo Governador Aécio Neves, que, junto ao Prof. Antonio Anastasia, chamou Danilo de Castro e lhe disse o seguinte: "Quero dar apoio total ao Deputado Tenente Lúcio no seu projeto de levar uma subsede da Copa do Mundo para Uberlândia". Aécio Neves pediu ao então Vice-Governador Anastasia que desse a seguinte mensagem a Érica Drumond, na época Secretária de Turismo: "Gostaria que você acompanhasse o nosso Deputado Tenente Lúcio até Uberlândia para o encontro com o Prefeito Odelmo Leão", a fim de levarmos, na oportunidade, o questionário que a Fifa exigia. Assim o fizemos. Uberlândia abraçou esse projeto. Primeiramente, o Prefeito abraçou o projeto conosco, e ficamos muito envolvidos no trabalho de fazer com que Uberlândia fosse realmente recompensada com isso.

Recordo-me de que não tínhamos placar eletrônico. Compramos um placar eletrônico para o Estádio João Havelange, que aliás já está instalado. O Deputado Luiz Humberto Carneiro conseguiu com o governo as cadeiras para o Mineirão e as que serão colocadas também no Estádio João Havelange. Trabalhamos muito. Recebemos apoio político também no âmbito da CBF em favor de Uberlândia. Aliás, Ricardo Teixeira, Presidente da CBF, esteve lá em um jogo do Cruzeiro. Na ocasião conversamos em bloco: eu, Odelmo Leão, Deputado Tenente Lúcio e Aécio Neves - que já tinha saído do governo para ser pré-candidato ao Senado - e também Ricardo Teixeira, que nos ensinou todos os passos que deveríamos tomar.

Portanto, ficamos muito felizes de ver as cidades pré-selecionadas pela Fifa: no Alto Paranaíba, Araxá; no Triângulo Mineiro, Uberlândia; e no Sul de Minas, Extrema. Gostaria de cumprimentar e parabenizar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que foi o primeiro a falar de Extrema, cidade que, na verdade, eu nem conhecia. Cheguei a pensar que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva estivesse ficando maluco, pois achei que ela não tivesse condições de ser selecionada. No entanto, está aí a resposta. Parabéns, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pela sua convicção e pelo seu trabalho. V. Exa. é Deputado majoritário em Extrema, com relevantes trabalhos para a cidade e para a região. Além das três cidades, foram pré-selecionadas Montes Claros, no Norte de Minas, Juiz de Fora e Matias Barbosa. Portanto, seis cidades em Minas Gerais foram pré-selecionadas.

Gostaria de agradecer muito aos Vereadores da Câmara Municipal de Uberlândia Jerônima Carlesso, Baiano e Doquinha. Agradeço a todos que abraçaram a causa e realmente ajudaram. Gostaria de destacar o trabalho do Presidente da Futel, Antônio Carrijo, atual Vereador licenciado, que hoje ocupa o cargo de Secretário da Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer. A ele os meus agradecimentos e o meu reconhecimento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Tenente Lúcio, Presidente da minha comissão. Imagino como o coração de V. Exa. está emocionado, pois o conheço desde quando veio para este Parlamento. V. Exa. sempre teve essa meta de fazer de sua terra natal uma sede pré-selecionada para a Copa do Mundo. Ontem, quando V. Exa. me ligou, pude perceber a forte emoção de ver esse sonho estar sendo iniciado agora. É o primeiro passo nesse projeto gigantesco assumido por V. Exa.

A exemplo de V. Exa, também temos a nossa Extrema. Quando V. Exa. se manifestava, sempre citava essa cidade, próxima a São Paulo, a Bragança Paulista. Extrema vive um momento extraordinariamente turístico, muito importante para o setor hoteleiro.

Com a permissão de V. Exa., gostaria de fazer como o senhor, que abriu um parêntese. Foi muito importante o nosso trabalho. Hoje o Deputado tem o prazer de ser o Deputado majoritário, que sempre esteve ao meu lado, do nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e do nosso Deputado Federal Rodrigo de Castro, caminhando junto ao Prefeito Bergamin. Portanto, temos muito a festejar. A nosso pedido, V. Exa. já marcou a primeira audiência em Extrema para o dia 10 de junho. Será um grande momento, e agradeço a atenção de V. Exa. Realizaremos audiência no dia 28 deste mês na sua Uberlândia, depois iremos a Araxá e, consecutivamente, a Extrema.

Parabéns pelo seu trabalho e por este grande momento que V. Exa. vive em favor de sua comunidade.

O Deputado Tenente Lúcio* - Eu é que agradeço, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. No dia 13 deste mês, faremos a primeira audiência em Uberlândia, às 10 horas, na Câmara Municipal. Aproveito para convidar todas as pessoas que realmente gostam do esporte.



Deputado Luiz Carlos Miranda, que também nos irá apartear, estamos levando algumas pessoas muito importantes para essa audiência pública. Uma delas é o Deputado Marques, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, ex-atleta do Galo, que nos dará a honra de sua presença, pois será uma reunião conjunta. Temos a certeza de que ela será uma reunião repleta de êxito, porque está muito bem mobilizada.

O Deputado Luiz Carlos Miranda (em aparte)* - Obrigado, Deputado Tenente Lúcio. Cumprimento V. Exa. não só pelo pronunciamento, mas pela vitória extraordinária que conquistou para o Triângulo, para a sua Uberlândia. Sou testemunha de sua luta para que Uberlândia fosse escolhida, como tanto merece. Ao mesmo tempo, lamento que Ipatinga tenha ficado fora, excluída como sede de treinamento de qualquer seleção.

Faço coro com a Deputada Rosângela Reis, em suas palavras proferidas ontem. Foi feita pelo Exército Brasileiro uma pinguela, e não uma ponte, que arrou. Agora o Exército está buscando alternativa para a ponte que liga o Vale do Aço. Tenho muita preocupação e muito medo dessa ponte provisória. Gostaria de chamar a atenção para isso, porque uma pinguela se rompeu e uma ponte que será feita para o transporte de carga pesada cria uma preocupação muito grande. Isso é reflexo do desprezo que se tem pela região do Vale do Aço, que contribui com 11,2% do PIB do Estado de Minas.

Parabéns, Deputado Tenente Lúcio, estamos junto a V. Exa., festejando essa vitória de Uberlândia e desse excelente Deputado da Bancada do PDT.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, Deputado Tenente Lúcio. Também quero parabenizá-lo pela conquista. A cidade de Uberlândia merece e se insere no contexto tanto da Copa do Mundo quanto das Olimpíadas. A era do Presidente Lula, que ocasionou a evolução e o desenvolvimento do Brasil, acabou permitindo que estivéssemos tanto no contexto da Copa do Mundo em 2014 quanto no das Olimpíadas em 2016. Com a vitória do Brasil, do governo do Presidente Lula - e o PDT faz parte também da base desse governo -, V. Exa., de maneira oportuna, colocou uma cidade mineira no contexto da comemoração dessa Copa do Mundo no Brasil. Com o Presidente Lula, vivemos um período de efervescência, de crescimento econômico, e não poderia ser diferente com Minas Gerais e também Uberlândia. Por isso parabéns V. Exa. pelo senso de oportunidade de imediatamente colocar Minas Gerais nesse contexto vitorioso do Brasil.

Deputado Tenente Lúcio, gostaria de aproveitar para rapidamente desejar à classe dos policiais militares, categoria a que V. Exa. pertence, sucesso nas reivindicações que fazem por um piso salarial pequeno, mas tão importante para a Polícia Militar. É a mesma luta dos servidores da saúde, que estão aqui esperando que o governo do Estado tenha sensibilidade para resolver o problema da greve. Quero congratular-me com eles. Sei da força de V. Exa. e peço seu apoio para ajudar a Fhemig a solucionar esse problema tão grave, que tem trazido consequências negativas para os hospitais.

Aproveito para convidar V. Exa. e o conjunto dos Deputados para uma nova visita ao Hospital Odete Valadares amanhã, às 10h30min, para mostrar à população de Minas o descaso que está havendo com a saúde pública em Minas Gerais. Parabéns. Obrigado.

O Deputado Tenente Lúcio* - Cumprimento o Deputado Bosco, de Araxá, que já fez sua reivindicação, a qual vamos atender no dia 2 de junho. A segunda audiência pública era para ser em Sacramento, mas transferimos, a seu pedido, para Araxá; depois iremos a Extrema, no dia 10, em seguida agendaremos para Montes Claros, Juiz de Fora e Matias Barbosa ainda para o mês de junho, o mais rápido possível.

O Deputado Bosco (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento e por essa grande conquista para Uberlândia, fazendo com que fosse escolhida para subsede da Copa de 2014. Estamos acompanhando os trabalhos de V. Exa. nesta Casa, na Comissão de Turismo, e reconhecemos seu empenho e esforço. V. Exa., que sempre contou com o apoio do governo, ontem teve essa resposta importante e memorável, que coroa não só o seu trabalho, mas a população de Uberlândia.

Quero agradecer a V. Exa. por acatar nosso requerimento de audiência conjunta das Comissões de Turismo e de Esporte em Araxá. Vamos avaliar a infraestrutura de Araxá, pois estamos lisonjeados por ter sido escolhida para ser subsede da Copa de 2014. Convido todos os Deputados para estarem conosco nessa grande audiência pública no próximo dia 2 de junho em Araxá, que certamente será um sucesso. Parabéns e obrigado.

O Deputado Tenente Lúcio* - Agradeço ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Governo, pelo empenho em levar as cadeiras para o nosso estádio. V. Exa., que estará conosco na audiência pública de sexta-feira, levou-me ontem para encontrar o Vice-Governador e o Secretário Sérgio Barroso. Em uma próxima oportunidade, estaremos com o grupo de trabalho que formaremos a partir dessa audiência pública. Muito obrigado. Que Deus nos abençoe.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, servidores estaduais nas galerias, senhoras e senhores. Ocupo a tribuna para falar de assuntos importantes. Hoje, neste exato momento, está acontecendo a grande discussão do novo Código Florestal.

Neste exato momento, vários Deputados já se pronunciaram em Brasília. A Casa está cheia para discutir o Código Florestal brasileiro. O atual código é uma legislação totalmente impossível de ser cumprida e, assim, cada produtor é um criminoso. A lei foi feita para ser cumprida, mas cumprir essa legislação é impossível. Então você passa a estar fora da lei. Que contrassenso produzir alimento para alimentar uma nação, uma região e ser criminalizado. A legislação diz que não se pode plantar em áreas com 45% de declividade. Ora, o café brasileiro, no Sul de Minas, no Espírito Santo e em parte do Paraná, está nessas áreas. Então, se obedecida, essa exigência acabaria com 80% do café brasileiro, que gera no Brasil cerca de 8 milhões de empregos diretos e indiretos, nas indústrias e no comércio? A lei também proíbe a plantação em áreas planas, várzeas úmidas, por ser área de proteção permanente. Então não se pode plantar! O Código diz isso. Vamos acabar com 80% do arroz brasileiro produzido no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina? Isso é uma questão de decisão. Estão querendo levar o País à fome, à miséria? Então é só manter a legislação do jeito como está. Graças a Deus, essa discussão está indo bem.



O relator desse projeto é o Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB de São Paulo. Fiquei até surpreso ao ver o posicionamento dele, coerente, firme, de um verdadeiro estadista brasileiro. Ele soube ouvir. Ouviu a classe rural e empresarial, os ambientalistas e foi ao campo. Tivemos vários contatos, e ele relatou várias visitas que fez ao produtor rural. Assim ele pôde fazer um relatório que traz grandes melhorias, a fim de oferecer uma condição melhor para o produtor continuar produzindo e desenvolvendo o País sem ser criminalizado - aliás, parte dos produtores. Entretanto, o relatório não é suficiente, não está clara a questão da transição na APP. Neste momento, falei com o Deputado Paulo Piau e, na parte da manhã, com o Deputado e atual Secretário Carlos Melles, que está em contato direto com Brasília. Há 15 minutos, as votações ainda não haviam acontecido, pois ocorria uma forte discussão. Aliás, o próprio governo está pressionando-o a mudar parte do seu relatório. Se mudar, prejudicará o pequeno produtor rural, que terá que manter essa APP, a que somos totalmente favoráveis. Para mim, área de preservação permanente são áreas próximas a nascentes e matas. Não somos favoráveis à contaminação da água, ao desmatamento, mas somos favoráveis a que o pequeno, médio e grande produtor mantenha a sua atividade rural, praticada há 50, 100 anos. Então há aí uma ocupação consolidada, e a maioria foi talvez financiada e estimulada pelo governo. Muitas vezes, para as pessoas terem acesso a financiamento, eram obrigadas a fazer até mesmo o desmatamento. Hoje não somos favoráveis ao desmatamento. Contudo, o que foi feito, a não ser às margens dos córregos, dos rios e das nascentes, foi estimulado. Foi plantado ali café, maçã, uva, pêssego e muita pastagem.

A proposta é votar o novo Código Florestal brasileiro com base no relatório do Deputado Aldo Rebelo. Ele, com quem estive umas 12 vezes, no mínimo, foi muito claro: "não estou aqui para proteger produtor nem grandes empresas nem ambientalistas e, sim, para proteger o Brasil".

Estamos aqui para que o Código Florestal Brasileiro dê condições ao agricultor de produzir alimentos e também de preservar a natureza. Isso é totalmente possível.

Hoje as coisas estão pegando fogo em Brasília. Peço a Deus que dê sabedoria e que ilumine as pessoas, porque uma decisão errada do Congresso Nacional levará milhares ou milhões de produtores à falência e elevará a inflação, que já está corroendo o bolso, principalmente dos mais pobres. Isso também acarretará uma grande alta dos alimentos, não tenham dúvidas, porque a maioria deles são produzidos nessas áreas de preservação permanente. É hora de repensar essas exigências.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Agradeço-lhe, Exa., pela gentileza de me conceder este aparte. Primeiro, quero parabenizá-lo pela importância da abordagem feita. Também quero dar uma contribuição ao que está sendo exposto como preocupação de V. Exa. Recebi ligações do interior de Minas de pessoas desesperadas, que me pediam ajuda junto aos Deputados Federais em relação ao novo Código, porque ele acabará com a agricultura familiar, matará a agricultura familiar se não houver mudanças.

V. Exa. falava da nossa grande necessidade de produzir alimentos no País. Corremos o risco de precisarmos importar alimentos, sendo que podemos ser - até somos vistos assim - como o celeiro do mundo. Nosso país é uma verdadeira estufa, produz ininterruptamente, quase que nos 12 meses do ano. Temos várias safras por ano, diferentemente de outros países, como os Estados Unidos, que tem apenas uma safra em função do inverno rigoroso. Em outros países acontece a mesma coisa, também pelo mesmo motivo.

Lembro-me aqui, nobre Deputado Antônio Carlos Arantes, de que a Margaret Thatcher, Primeira-Ministra da Inglaterra, quando visitou o Brasil, estava em uma roda de discussão do que era estratégico para uma nação. Nessa ocasião, uma pessoa disse que, para ela, estratégico era o petróleo. Margaret Thatcher disse que não existe nada mais estratégico para uma nação do que a comida, disse que, para um país que não se preocupa em produzir comida e colocá-la na mesa dos seus compatriotas, não adianta ter petróleo, ter carro de luxo. Portanto, esse Código realmente precisa de toda a inteligência daquelas Casas Legislativas - Senado e Câmara - para que saia algo que preserve o meio ambiente e que, acima de tudo, permita a preservação da espécie humana, o que não será possível, com toda certeza, sem alimento.

Aproveito o aparte para saudar aqui as servidoras e os servidores, que estão nas galerias nos acompanhando e que trazem sua justa reivindicação junto ao governo. Saúdo também as várias categorias, que, neste momento, fazem seus pleitos ao governo. No que depender de mim e do grupo a que pertenço nesta Casa, podem sempre contar com nosso empenho.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Inácio Franco (em aparte) - Gostaria inicialmente de parabenizar o Deputado Antônio Carlos Arantes pela abordagem desse tema. Realmente é muito importante que o novo Código Florestal brasileiro seja aprovado. Sabemos do trabalho que o Deputado Antônio Carlos Arantes faz em prol de todos os produtores rurais, em prol das pessoas que trabalham na roça, daqueles que estão produzindo, levando alimentos para a mesa de todos os brasileiros. Acho que é muito importante esse trabalho que V. Exa. desenvolve aqui na Assembleia, levantando realmente a bandeira do produtor rural. Esperamos que, de fato, o Congresso Nacional vote esse projeto da maneira como o relator Aldo Rebelo o apresentou. Esse projeto, com certeza, fará com que o produtor, principalmente o pequeno produtor rural, tenha condições de dar sustentabilidade à sua família.

Estou no Partido Verde, e temos de cuidar da preservação. Todos sabemos da importância de se preservar o meio ambiente. Todavia, precisamos também olhar o lado da produção. Devemos preservar e produzir. É necessário o empenho dos Deputados em seus trabalhos no Congresso Nacional e na Comissão Especial para a Reforma do Código Florestal. Eles fizeram diversas audiências públicas em todo o Brasil, em todos os Estados da Federação, revendo as diversidades existentes neste país, tanto no Norte quanto no Sul. O relatório final está sendo votado. Esperamos que ele seja votado ainda hoje e que realmente contemple os produtores, especialmente os pequenos produtores rurais. Parabéns a V. Exa. pelo trabalho que está desenvolvendo nesta Casa.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Muito obrigado.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Arantes, nosso Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, servidores que hoje estão nesta Casa, Deputadas, Deputados, boa tarde. É muito importante o tema que o senhor aborda hoje desta tribuna. Sabemos que a votação pode acontecer hoje em Brasília, e estamos torcendo para que aconteça. Estivemos em Brasília, assim como V. Exa., os Deputados Rômulo Arantes e Doutor Viana, para também discutirmos um pouco sobre



o Código Florestal. Ali aprendemos muito, conversamos com o Deputado Aldo Rebelo. Este ano, fizemos audiência pública nesta Casa. Outras foram realizadas no ano passado. Tenho certeza de que este é o momento da votação. Precisamos que o código seja aprovado o mais rápido possível, porque os produtores rurais não estão podendo buscar recursos, uma vez que não estão averbadas suas reservas florestais. É preciso, sim, haver rapidez. Acredito que hoje Brasília votará o Código, que está sendo bem trabalhado. Tenho certeza de que conseguiremos avanços para o produtor rural. Com sustentabilidade, faremos um bom trabalho com o meio ambiente. Conseguiremos produzir no Brasil, que possui essa imensidão de terras. Parabéns pelo seu trabalho, nosso Presidente da Comissão. Muito obrigado por nos deixar participar com V. Exa. deste grande trabalho frente à Comissão de Política Agropecuária.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Arantes. Somente quero destacar a participação efetiva de V. Exa. no seio dessa Comissão, nas ações do Código Florestal. Sou testemunha de que V. Exa., que é da nossa região, não tem poupado esforços, viagens e discussões maiores para procurar o bom termo, levando a voz de Minas Gerais ao Congresso. A apreensão do ilustre Presidente também é nossa. No entanto, com certeza, graças aos nossos Deputados Federais, que estão lá vigilantes, como disse V. Exa., encontraremos bom termo na defesa de toda a classe ruralista, de toda a classe produtora e de toda a classe que quer gerar o amanho da terra, a alimentação para Minas Gerais. Parabéns!

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Muito obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Arantes. Quero parabenizá-lo pelo trabalho e por ser um amigo da agricultura. V. Exa. é um homem do campo, trabalhador, que muito bem representa os produtores do Estado de Minas Gerais e que está preocupado com a votação em Brasília. Deputado Antônio Carlos Arantes, V. Exa., nesta manhã, participou de reunião com toda a base do governo. Quero saudar os servidores da Cemig aqui presentes e salientar o empenho, especialmente do Deputado Mosconi, que tem nos representado nessa discussão para chegarmos a um acordo com o governo em relação aos direitos dos trabalhadores da Cemig. Deixo essa palavra em meu nome e em nome dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Mosconi, que foi escolhido Presidente da Comissão de Saúde, para nos representar em toda essa discussão. O empenho de todos nós - da base do governo, dos Deputados e do próprio governo - tem como objetivo chegarmos a um acordo, apesar das dificuldades impostas pela posição do Ministério Público.

Tive oportunidade de conversar com os Promotores sobre as dificuldades que eles têm colocado. Registro o empenho do Deputado Rogério Correia e de outros Deputados na busca de entendimento para que sejam preservados os direitos dos trabalhadores da saúde e os diretos dos trabalhadores da Cemig. Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Arantes.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Muito obrigado, Deputados João Leite e Dalmo Ribeiro Silva.

Para encerrar, Sr. Presidente, informo que os Prefeitos foram a Brasília ontem. O ex-Governador e atual Senador Aécio Neves, na semana passada, apresentou uma PEC para redistribuir os recursos para os Municípios. No meu entendimento, o Governador não fala como oposição.

Duvido de que haja um Prefeito neste país que não seja favorável à redistribuição dos tributos e a um novo pacto federativo. Ou o governo federal olha isso com atenção e carinho ou levará os Municípios à falência, o que é muito pior, porque o cidadão não mora em Brasília, não mora em Belo Horizonte, mora normalmente na sua casa no interior. Podemos dizer que mais de 5 mil Municípios no Brasil vivem hoje de pires na mão, caminhando para a falência. Muito obrigado.

* - Sem revisão do redator.

O Deputado Paulo Lamac - Boa tarde, Sr. Presidente e caros Deputados e Deputadas presentes ao Plenário da Assembleia Legislativa. Uma saudação especial aos servidores da Fhemig, que estão aqui na defesa da saúde no Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, a princípio gostaria de relatar que estive ontem em Brasília, por determinação do Líder do Bloco Minas sem Censura, representando o bloco na posse de mais um mineiro que assume uma função importante junto ao governo federal. O mineiro Gilson Queiroz, ex-Presidente do Crea-MG, assumiu ontem a Presidência da Funasa, um espaço importante para nosso Estado, que certamente fará diferença para todos nós, Deputados, Prefeitos e população de Minas Gerais. Acreditamos que é mais uma contribuição de Minas ao País, por intermédio do nosso conterrâneo Gilson Queiroz. Na sequência, tivemos a oportunidade também, a convite do Senador Clésio Andrade e do Ministro Fernando Pimentel, de estar num grande encontro, com um número significativo de Prefeitos mineiros, que receberam a saudação do Senador Clésio e do Ministro Fernando Pimentel pela bela atividade realizada ontem, a marcha dos Prefeitos a Brasília, bastante significativa e com um número muito grande de Prefeitos junto à CNT. Foram anunciados pelo Senador e pelo Ministro recursos importantes que serão investidos em obras de infraestrutura, especialmente na área de transporte, notadamente na BR-381, e em intervenções no Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Enfim, importantes recursos federais estão chegando a Minas e mudarão a história, que sabemos ainda complicada, da situação do transporte nas nossas rodovias federais.

Quero deixar este registro e não posso deixar de falar que sexta-feira tivemos uma reunião, convocada em caráter de emergência, com representação dos três blocos parlamentares desta Casa. Estivemos reunidos com o Presidente da Cemig, com os Deputados Duarte Bechir e Rômulo Viegas e com o Carlinhos, Presidente da Asthemg, em busca de uma solução para evitar que o caos aumente nas unidades de saúde do Estado. Assumiu-se o compromisso de uma reunião com a Secretária Adjunta Fernanda Neves na segunda-feira, e recebi uma ligação em torno das 8h30min da segunda-feira desmarcando a data programada, o compromisso firmado, dizendo que a reunião seria remarçada para uma data conveniente. Então, não poderia deixar de fazer uso desta tribuna para solicitar aos representantes do governo o cumprimento desse compromisso firmado com os servidores da Fhemig e os três blocos parlamentares, apesar de sabermos do empenho de diversos Deputados. O Deputado João Leite acabou de falar, e sabemos que o Deputado Carlos Mosconi está se empenhando. Foi firmado um compromisso de busca de um caminho efetivo, que é simplesmente o reconhecimento de um artigo que já está contemplado em lei. Não estamos falando nem mesmo em alteração de lei, apenas no cumprimento. Estamos então solicitando que o acordo firmado com os servidores, com os parlamentares seja efetivamente cumprido o mais breve possível. É o que esperamos. Temos certeza de que um governo sério não deixará de cumprir um acordo firmado numa mesa de negociação.



O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, Deputado Paulo Lamac. Em primeiro lugar, agradeço a V. Exa. o apoio que nos tem dado como Vice-Líder do Bloco Minas sem Censura. V. Exa. tem nos ajudado muito nas negociações, aliás esteve presente na negociação com o Presidente da Fhemig. Tem nos ajudado, enfim, muito nesses encaminhamentos. Parabéns-o também por sua ida a Brasília. Esteve lá representando o nosso bloco para que eu ficasse aqui, aliás tratando dos assuntos da Fhemig. Quero dizer aos trabalhadores dessa instituição que aqui estão que o Deputado Paulo Lamac tem sido um companheiro que tem me ajudado para que, coletivamente, resolvamos os problemas. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Paulo Lamac - Eu quem agradeço, Deputado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Na visita que fez a Brasília, quero lembrar, nunca é ruim fazê-lo, é sempre bom estar lembrando que os Prefeitos devem ter sido bem recebidos, como aconteceu sempre no mandato do Presidente Lula. Agora, no mandato da Presidente Dilma, estão sendo bem recebidos. Naquele lá atrás, do outro Presidente, Deus me livre, do Fernando Henrique, que não volte aqui, os Prefeitos eram recebidos até com cachorros, com polícia. Agora são bem recebidos. É assim que funciona o sistema democrático brasileiro.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Diz em qual governo os Prefeitos foram recebidos com cachorro e polícia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Daquele moço, o Fernando Henrique, Deus me livre.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Daquele moço? Vade retro!

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Não gosto muito de citar o nome, porque ficamos até arrepiados. Agora os Prefeitos e os manifestantes são bem recebidos, como devem ser. Quero apenas relatar a V. Exa. que estivemos em dois hospitais para fazer uma visita e ver o que está acontecendo no Estado. Ressalto que a base do governo tem procurado ajudar-nos, principalmente os Deputados João Leite, Duarte Bechir e Carlos Mosconi, a buscar soluções. Eu e o Deputado Antônio Júlio estivemos no CGP e, depois, eu o Deputado Adelmo Carneiro Leão estivemos no Júlia Kubitschek. Deputado Lamac, o quadro da saúde pública é muito grave. O governo tem feito o que tenho denunciado: esconde o problema e jamais o enfrenta. Ontem, no Júlia, o que vimos foi fratura e censura explícitas. Fratura porque vimos uma senhora de 81 anos há 22 dias esperando por uma cirurgia, e não há local para fazê-la. A censura foi tão explícita que o jornal "O Tempo" e a TV Record não puderam entrar no hospital. Não puderam nem mesmo entrar para ver a situação real desse hospital. É impressionante como a censura em Minas prevalece. O governo, acostumado com essa blindagem e com essa censura, vai escondendo as coisas, como se esconder resolvesse. Deputado Adelmo, temos no Hospital Júlia Kubitschek puxadinhos, como se vê em favelas, com puxados para um canto e para outro. O hospital é cheio de puxados em condições completamente precárias. No Júlia, as pessoas são depositadas dentro das enfermarias. Tiramos fotografias e mostramos na internet. O quadro me chocou. Eu e o Deputado Adelmo estivemos lá, e foi isso o que vimos. Parece que o governo foi treinado para esconder, e não para resolver. O que queremos é que ele resolvesse, e não escondesse. O bom governo não é aquele em que tudo está arrumado, porque nem tudo pode estar certo o tempo todo. Os problemas existem e vão continuar existindo. Não há governo perfeito. Nem que Jesus Cristo viesse à Terra faria um governo perfeito, que não tivesse problemas. Eles existem, mas o governo é obrigado a encará-los, a resolvê-los, e não escondê-los. Estamos pedindo ao Prof. Anastasia que comece a governar. Por que não escutar os trabalhadores que estão aqui? Por que fingir que eles não existem? E porque a imprensa não divulga? Se ela não divulga, não se resolve o problema dos servidores? Os Deputados da base estão aqui tentando resolver, justiça seja feita, mas o governo em si não se move. Vejo aqui e V. Exa. está falando que, no jornal "Hoje em Dia", o Danilo de Castro, Secretário, está dando pito na base dele dizendo que ela não vem votar, mas a base está incomodada mesmo. A greve vem para a Assembleia Legislativa, os Deputados da base querem resolver, mas o governo não resolve. Nós, da Assembleia Legislativa, conjuntamente, é que devemos dar um pito no Sr. Danilo de Castro, em vez de ele ficar chamando a atenção da base dele na Assembleia. Ele que resolva os problemas, pois é ele que os está causando. A base do governo está solidária conosco aqui. Se o Sr. Danilo de Castro, a Sra. Fernanda Neves, a Sra. Renata Vilhena ou o Governador Anastasia não resolvem o problema, como faremos para que esta Assembleia Legislativa funcione? Não fingiremos que as coisas estão certas. O Minas sem Censura denunciará, no tempo que for necessário, que as coisas em Minas Gerais não estão funcionando, que o caos na saúde está instalado, que os funcionários da educação não têm piso salarial e que os policiais estão insatisfeitos. Falaremos e queremos respostas. Não adianta vir com a conversa de que a BR-381 está assim ou assado. O problema da BR-381 será resolvido, é compromisso da Presidenta Dilma. Cobraremos sim, mas não esconderemos os problemas como fazem os Parabéns a V. Exa. Exigiremos respostas concretas do governo, como, por exemplo, o dia da reunião com as Sras. Fernanda Neves e Renata Vilhena e o Governador do Estado ou o dia que resolverão o problema da Cemig. Na realidade, queremos saber o que irá acontecer. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Lamac - Muito obrigado, Líder Rogério Correia. Agradecemos o brilhantismo com que V. Exa. vem liderando o nosso bloco. Estou junto com o Deputado Rogério, pois compreendemos e nos solidarizamos com a base, que fica constrangida de vir a esta tribuna votar as indicações do governo. Compreendemos isso, em que pese um ou outro Deputado da base do governo dizer que quem não vota é a Oposição - e não é papel da Oposição. Solidarizamos-nos com o constrangimento dos colegas da base, que não se sentem à vontade de vir a esta tribuna para fazer, neste momento de tantos questionamentos, a defesa de posições que, às vezes, realmente são difíceis de ser defendidas.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Lamentavelmente, a presença dos servidores nesta Casa é sinal claro de que a saúde de Minas Gerais está no CTI.

Companheiro e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, aproveitando o seu tempo, falarei de um assunto que diz respeito também ao Deputado João Leite - é até bom, pois está ao meu lado. Hoje, fiz a denúncia de que, do ponto de vista regimental, esta Casa também está no CTI. No dia 14 de abril, aprovamos seis requerimentos importantíssimos, por exemplo, policial ameaçado de morte, cidadão torturado e ameaçado de morte, assédio moral na Polícia Militar, e pedimos providências. Meu Vice-Presidente, pasme. No encaminhamento da Serra, duas comissões atuaram de forma brilhante, a de Segurança Pública, presidida pelo Deputado João Leite, e a nossa Comissão. O mais grave foi o encaminhamento de notas taquigráficas da Comissão de Direitos Humanos. Esses



requerimentos, em vez de serem encaminhados neste Plenário, pois é responsabilidade do Secretário-Geral desta Casa, foram para a Comissão de Segurança Pública.

Hoje, o Deputado Sargento Rodrigues foi à Comissão de Direitos Humanos mostrar o protesto que fez na reunião da Comissão. Então pergunto: que falta de transparência é essa? O Deputado João Leite, preocupado com a urgência do caso, já que o Deputado Sargento Rodrigues fez questão de ordem para dizer que não deveriam ser votados na Comissão, votou as medidas. Queremos deixar claro que - e hoje, de manhã, falei disso de maneira indignada -, apesar do tom, reafirmo, Deputado João Leite, tudo o que falei neste Plenário pela manhã. Gostaria de compartilhar esse fato com os colegas e de dar conhecimento ao Plenário - e posso fazê-lo hoje - de outro fato gravíssimo. Na sexta-feira, quando representava esta Assembleia nos 10 anos do Projeto Novos Rumos na Execução Penal, do Tribunal de Justiça, recebi um telefonema do Deputado João Leite dizendo que estaríamos sendo procurados e ameaçados de morte por um policial foragido. Ele se chama Gilson Costa e era policial do Grupo de Resgate e Emergência - GRE. O interessante é que esse policial estava com sua prisão decretada por duplo assassinato de que participou com o Bola, Marcos Aparecido dos Santos. O mais grave é que a ameaça foi feita de dentro das dependências da Polícia Civil.

Ontem o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Casa, eu e o Deputado João Leite nos reunimos por volta das 13 horas. O Presidente da Assembleia convocou o Dr. Jairo Lellis, Chefe de Polícia. Na verdade, quando o Chefe de Polícia me perguntou onde estava o policial, disse-lhe: pode procurá-lo no Deoesp, pois é onde sempre está, mesmo com a prisão decretada pelo duplo assassinato, pelo sequestro, pela prevaricação, pela improbidade administrativa e por aí vai, ou na sua casa, à noite. O Chefe de Polícia determinou a prisão, e ontem o Gilson Costa foi preso.

Deputado João Leite, ficamos indignados. A alma desta Assembleia são as comissões. Trabalhamos bastante. V. Exa. é um Deputado que atua muito, aliás nós dois atuamos em tantas coisas juntos em defesa da sociedade. Logo, quando fazem uma coisa dessas com os nossos requerimentos... Não estamos aqui brincando e colocamos a nossa vida naquilo que fazemos. Considero que isso é para o fortalecimento deste Poder. As comissões lhe dão credibilidade na sua atuação.

Portanto, é um absurdo. Olha, ele está com a prisão decretada desde o início de abril, frequentando dependências policiais e dizendo que ia matar dois Deputados por serem representantes dos direitos humanos; aliás, disse com ódio que não se entregaria antes de nos matar.

Queremos ser tratados aqui, na distribuição de matérias no Plenário e na atuação da Secretaria-Geral, na indecisão da Mesa, com respeito. Elogio o Chefe de Polícia, mas observamos a fragilidade do sistema. Deputado João Leite, fiquei sabendo hoje que ele frequentava e tomava café na dependência do Deoesp. Na verdade, circulava lá dentro ameaçando de morte dois Deputados. Isso é grave porque atinge o Poder. O fato de ele não ter sido preso é lamentavelmente mais grave ainda. O que fizemos? Cumprimos o nosso papel de receber um cidadão e mães que vieram reclamar a morte de dois filhos. Na verdade, a única coisa que fizemos foi pedir e acompanhar a apuração, ou seja, exigir que se apurassem os fatos.

Então queremos deixar isso bem claro para justificar a nossa indignação. O Deputado João Leite já me havia falado sobre a prisão do indigitado. Por isso fizemos aquele protesto de manhã e falamos com tanta indignação em relação a procedimentos burocráticos aqui dentro.

O Deputado Paulo Lamac - Deputado Durval Ângelo, muito obrigado pelo aparte.

Gostaria de desculpar-me com os Deputados João Leite e Bonifácio Mourão e a Deputada Maria Tereza Lara, que me pediram antecipadamente aparte, mas, infelizmente, o tempo foi insuficiente. Peço aos nobres colegas a compreensão.

Quero também reforçar o que foi posto. Como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, percebemos a gravidade e a seriedade do trabalho dessa Comissão e esperamos que a Mesa realmente tome as medidas necessárias para que a importância desse trabalho seja reconhecida e tratada com o devido respeito.

Neste momento em que concluo o meu pronunciamento, acabou de me chegar a notícia de que os servidores municipais aceitaram as propostas do governo municipal. Na verdade, o governo municipal, que já paga bem melhor do que o Estado, está reajustando o salário dos professores em 20%, assim como o dos servidores da área da saúde e o de vários outros servidores.

Então, sem a necessidade de greve e sem maiores problemas, a administração municipal concluiu esse processo de negociação com os servidores. Esperamos que a solução seja breve também no Estado, para acabar ou pelo menos minimizar o caos que vive a área da saúde hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, por meio de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e público que nos honra com sua presença - entre a grande maioria aqui presente, estão funcionários da Fhemig - portanto, nossa cordial saudação a todos. Quero também, de maneira muito especial, cumprimentar os telespectadores que acompanham os trabalhos desta Casa pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, antes de entrar num assunto que julgo de grande relevância, gostaria de cumprimentar todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas pelos 100 dias desta 17ª Legislatura. Hoje completam-se 100 dias de trabalho e, posso assim dizer, com toda a tranquilidade, sobretudo à minha querida Araxá, à região do Planalto de Araxá, o Alto Paranaíba, dos trabalhos já realizados durante esses primeiros 100 dias. Fiz questão de confeccionar um material focando todas as ações que realizamos, tanto dentro da Assembleia, por meio das Comissões - da Comissão de Educação, a qual tenho o privilégio de presidir - quanto as nossas ações junto ao governo. Visitamos, Deputado Antonio Lerin, praticamente todas as Secretarias, todos os Secretários, para conhecer os projetos do governo estadual e, ao mesmo tempo, apresentar demandas da região do Planalto de Araxá, do Alto Paranaíba, do Triângulo Mineiro, as quais temos a honra de aqui representar.

Gostaria também de, ao completar esses 100 dias de trabalho, cumprimentar toda a equipe da Assembleia Legislativa, de todos os setores. São equipes competentes que têm realmente nos dado suporte fenomenal na realização dos nossos trabalhos. Gostaria, por intermédio do Caixeta, nosso assessor, de cumprimentar todos os servidores da Assembleia Legislativa. O Caixeta encontra-se no



Plenário. Ele está sempre atento, sempre participativo. Faço aqui, Caixeta, com sua permissão, um cumprimento a toda a equipe da Assembleia Legislativa, que tem nos proporcionado o apoio necessário para o trabalho do nosso dia a dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago aqui, nesta tarde, uma preocupação, sobretudo com relação à educação, aos profissionais da educação. Presido a Comissão de Educação, juntamente com os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Lamac, Carlin Moura, Neilando Pimenta, e temos trabalhado de forma bastante acelerada nessa Comissão, realizando não só análises de projetos e requerimentos que são submetidos à Comissão, mas também audiências públicas, de acordo com as demandas apresentadas. No último dia 4, realizamos uma audiência pública com os professores da rede estadual, audiência essa coordenada pela Comissão de Administração, tendo a sua frente o Deputado Gustavo Corrêa.

Sem dúvida, a audiência foi muito boa, visto que contou com a efetiva participação dos profissionais da educação do Estado de Minas Gerais. Hoje realizamos mais uma audiência voltada à questão dos profissionais da educação, com foco na greve dos servidores da educação de Betim. Ressalto a participação desses servidores, que estão em greve há mais de 40 dias. Contamos com a participação do Poder Executivo de Betim, que apresentou propostas e demonstrou disponibilidade e disposição para conversar e buscar entendimentos.

E aí, Deputado Gustavo, vem a nossa grande responsabilidade com relação à questão que discutimos na audiência da semana passada com os professores: o novo piso aprovado pelo Congresso e que, agora, foi referendado pelo Supremo Tribunal como constitucional. Entendemos que o novo piso já é lei. A sua constitucionalidade foi reconhecida e, agora, precisamos discutir a sua aplicabilidade. Eis a nossa preocupação: será que os governos dos Estados e dos Municípios terão condições, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de dar aplicabilidade a essa lei do piso? Acredito que não. A grande maioria dos Municípios e dos Estados do Brasil está com suas folhas de pagamento comprometidas, considerando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal. De nada adianta, Srs. Deputados, virmos até o microfone, participarmos de audiência pública e dizer que somos favoráveis a aumentos e à aplicabilidade do piso, apenas para nos utilizarmos de um discurso fácil. É preciso mais que isso. É necessário termos responsabilidade com a gestão pública. Tenho certeza, Deputado Adelmo Carneiro Leão, de que todos os governantes - a Presidenta do Brasil, os Governadores ou os Prefeitos - gostariam, e muito, de chegar aos servidores municipais, estaduais e federais para anunciar um aumento. Acredito que isso seria de grande interesse dos servidores e até mesmo um reconhecimento perante todas as classes. Mas é preciso reconhecermos que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal que está, de certa forma, engessando os governos e impedindo-os de cumprir com o seu papel de dar aos servidores públicos o reconhecimento, o salário devido. É preciso, como representantes nesta Assembleia Legislativa, não só apontarmos defeitos e problemas, mas também caminhos e soluções para os problemas.

Então, hoje aproveito esta oportunidade para trazer uma proposta à Presidência da Assembleia, ao nosso Presidente Dinis Pinheiro, para que possamos adotar medidas, ações efetivas e criar condições para que os governos paguem salários dignos a todas as classes do Estado ou dos Municípios.

Sr. Presidente, apresentarei um requerimento endereçado à Mesa. (- Lê:) "O Deputado que este subscreve, observado o que dispõem as normas regimentais, requer a V. Exa. que se digne a mandar empreender estudos que culminem em proposta de modificação na Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de expurgar do limite de despesas com pessoal dos Estados e Municípios o acréscimo das despesas decorrentes da aplicação do piso nacional dos professores e também da saúde e tornar obrigatório a União transferir aos Estados e Municípios, adotados os mesmos prazos do Fundeb, sem exigências outras, recursos equivalentes aos acréscimos das despesas decorrentes da aplicação do piso nacional do professor em relação às despesas com o pessoal do magistério vigentes, corrigidas anualmente, na mesma data e no mesmo percentual de correção do piso nacional do magistério. Requeremos ainda que V. Exa., na forma que lhe aprouver, conclame as demais Assembleias Legislativas a apresentarem, conjuntamente, ao Congresso Nacional e à Presidência da República o resultado dos estudos citados pleiteando sua aprovação no Congresso Nacional e a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Se não houver, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, uma ação do Congresso para essa mudança, flexibilizando a Lei de Responsabilidade Fiscal, certamente os governos municipais e estaduais, mesmo que queiram, não terão condições de dar aumento às diversas categorias que compõem a máquina do governo.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Presidente e Deputado Bosco. Sei que V. Exa., como sempre, traz um tema importante para a discussão deste Plenário, mas preciso fazer uma observação, em nome da verdade. Hoje se fez aqui novamente um ataque de sofisma. O professor de sofisma trouxe-nos, a respeito da visita feita pela Oposição ao Júlia Kubitschek e ao Centro Geral de Pediatria, algumas informações que têm de ser corrigidas. Aqui estão profissionais da saúde que podem confirmar que, nessa altura do ano, muitas famílias buscam o Centro Geral de Pediatria, levando suas crianças, por causa dos resfriados e das gripes. Mas o que mais nos impressiona é que todos sabemos que em Belo Horizonte existe a gestão plena da saúde - quem orienta as vagas é uma central de leitos da Prefeitura de Belo Horizonte. E o que me chamou a atenção é que era um atendimento de ortopedia no Júlia Kubitschek - a central de leitos tinha de ter encaminhado para um atendimento ortopédico. O Júlia Kubitschek, como sabemos todos os que nascemos em Belo Horizonte, é uma referência nas áreas de pneumologia e afins, mas não na ortopedia. Ora, há uma central de leitos que orienta essas vagas no sistema e, em Belo Horizonte, temos hospitais especializados em cirurgias ortopédicas; vários hospitais que são referência em ortopedia, como o Maria Amélia Lins. Também sabemos que o atendimento a trauma é no Hospital João XXIII. É assim que funciona.

Por fim, queria agradecer muito o apoio que a Assembleia nos deu nesse momento difícil - o Deputado Durval Ângelo relatou há pouco a ameaça que sofremos. Assim, agradeço ao Presidente Dinis Pinheiro, ao Dr. Eduardo Moreira e ao Dr. José Geraldo Prado, pois a Assembleia Legislativa se incumbiu imediatamente de contatar o Chefe de Polícia. Impressiona muito que tenhamos ficado presos e preocupados enquanto alguém que cometeu um crime e já foi sentenciado - ou seja, tinha de estar preso - estava solto, acompanhado da polícia e ameaçando dois Deputados. É impressionante o que aconteceu conosco. Ainda bem que agora ele está preso, e nós podemos estar livres. Na verdade, estávamos presos, e ele, que deveria estar preso, estava livre e nos ameaçando.



O Deputado Bosco - Agradeço a participação do Deputado João Leite. Agradeço também a compreensão do Presidente, bem como dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Gustavo Valadares.

Para finalizar, gostaria de dizer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que realmente é importante que estejamos detectando as deficiências existentes não só no âmbito do Estado, mas também da Federação. É importante agirmos com grande responsabilidade. Acredito que o nosso fundamental papel, como representantes da nossa comunidade, é de também poder trabalhar e construir caminhos para viabilizar os projetos que estão aí, quer sejam ligados à saúde - área pela qual temos o maior apreço; tenho a honra de dizer que a minha esposa faz parte do quadro da Fhemig, é médica concursada -, quer sejam ligados à educação. Sabemos do valoroso trabalho dos médicos e dos profissionais da educação em Minas Gerais. Portanto, estamos aqui para fazer propostas positivas, para que realmente possamos resolver as demandas apresentadas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, queria deixar as questões aqui mais claras. Procurei explicar, num espaço curto de tempo, os motivos pelos quais não concordamos com as indicações feitas pelo Governador Antonio Anastasia. Os nossos motivos são claros. Já expliquei isso à base do governo. Não há concordância entre nós e o governo em relação à forma como as indicações foram feitas. No nosso entender, foram feitas ao arrepio da lei, contrariamente à Constituição. A Constituição do Estado é muito clara. Aliás, esse item foi proposto nesta Casa pelo Deputado Miguel Martini, que na época era da base, que seria hoje do governo Anastasia. Essa emenda constitucional aprovada determinou que, para ocupar cargos em fundações, em institutos, como os que agora estamos discutindo, e já são um total de 18 na pauta, seria necessário que a Assembleia Legislativa, previamente, analisasse e aprovasse os nomes. O que acontece, Deputado, é que o Governador Anastasia, assim como governou por lei delegada para criar Secretarias, mais de 1.300 cargos, o tal Escritório de Prioridades Estratégicas, assim como preferiu não ser parceiro da Assembleia Legislativa e legislar para criar as suas Secretarias, os seus cargos, para inchar a máquina administrativa do Estado, em vez de cuidar do sistema de saúde, este, sim, está precisando de recursos financeiros, de pagar o piso aos professores, em vez de tudo isso optou por trabalhar por lei delegada. Tudo bem. A lei delegada foi aprovada anteriormente por esta Casa na outra legislatura. Achamos uma atitude equivocada, mas foi uma escolha pelo menos legal, do ponto de vista da aprovação da lei delegada. Agora, esse caso dos Presidentes de institutos e de fundações, não. Para estes a Constituição diz claramente que têm de ser previamente aprovados nesta Casa. E não foram. Deputado Marques, quando vimos, os que deveriam ser aprovados nesta Casa, que são os que estão na lista para serem aprovados hoje, já estavam trabalhando, já assinando cheques, ou seja, já estavam a pleno vapor. O Governador simplesmente, desconhecendo a Constituição e esta Casa, os nomeou e os designou a responderem por algo, mesmo antes de aprovarmos os seus nomes. Essa ilegalidade nos remeteu ao Ministério Público para fazermos a denúncia de improbidade administrativa do Governador Antonio Anastasia. E esperamos o retorno do Ministério Público com relação ao assunto. Por isso, tomamos a decisão, que politicamente achamos correta, para que não sejam votados os nomes, enquanto essa questão não for esclarecida. Significa que a base do governo poderá votá-la. Se são 53 Deputados, ela precisa dos votos de 39. Não sei os motivos que levam a base a estar ausente. O Deputado que me antecedeu e que fez a denúncia de que não trabalhávamos, que esclareça o porquê da base do governo não estar presente. A base do Minas sem Censura está trabalhando e, nesse caso, fazendo obstrução nesta Assembleia Legislativa. Ela está trabalhando nas comissões e obstruindo pautas, por não achar justo o fato de passar por cima do procedimento administrativo. Há vários nomes de pessoas que compõem o governo que estão com problemas e foram, inclusive, demitidas. Estão nos jornais e seus bens indisponíveis. Por que não faremos essa análise? Por que o Governador os indica antes desta Assembleia os aprovar? É errado o que o Governador está fazendo. Isso nos dá o direito de, nesse caso específico, fazer obstrução. Se existirem projetos de lei para serem votados, votaremos, assim como fizemos hoje de manhã, desde que haja quórum. A base do governo é composta por 53 Deputados. Por isso o Sr. Danilo de Castro está tão nervoso, como mostra o jornal. Ele se reuniu com a base, deu um pito nela, mas parece que não adiantou, pois não vieram todos. Fizeram a chamada, no início havia 33 Deputados, mas depois o número caiu para 25. A base do governo ainda não se sentiu obrigada ou, para usar uma palavra mais amena, convencida de estar no Plenário desta Casa. O Deputado Zé Maia deve brigar com esses Deputados, e não com a Oposição, pois ela está no seu papel. O Sr. Danilo de Castro e o Deputado Zé Maia devem chamar a atenção dos Deputados que não estão comparecendo. Não dou o direito ao Deputado Zé Maia de referir-se aos Deputados do Minas sem Censura, por não estarem presentes no período que tiramos para votar isso sem quórum. Ora, a base do governo é composta por 53 Deputados. Danilo de Castro que faça a chamada, corte as emendas parlamentares, ameace seus Deputados ou faça o que quiser. O Deputado Zé Maia que os xingue de imorais e faltosos. É problema da base do governo, e não do Minas sem Censura. Queria deixar isso muito claro para o povo de Minas Gerais e para os Deputados. Essa não! Essa responsabilidade deve ser colocada na base do governo, e não no Minas sem Censura. Estamos fazendo o nosso papel nesta Casa.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Apenas para esclarecer e em nome do Bloco Transparência e Resultado, gostaria de apresentar uma resposta a esse questionamento de V. Exa. quanto às designações. Primeiramente, devemos considerar o princípio da continuidade do serviço público. Imagine V. Exa., se em todo início de mandato, o governo tiver que paralisar as atividades e se omitir de decisões importantes, que precisam ser tomadas para o bem-estar da população mineira, esperando a boa vontade de 77 Deputados em aprovar ou não os nomes encaminhados pelo governo a esta Assembleia Legislativa. Enquanto os nomes não forem analisados e aprovados pela Assembleia, apesar de todos já terem tido seus pareceres aprovados pelas respectivas comissões, esperam apenas a votação em Plenário...

O Deputado Rogério Correia* - Para que V. Exa. não persista neste argumento, gostaria de dizer que as indicações foram enviadas antes de os nomes terem sido enviados a esta Casa. Elas foram enviadas em janeiro.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, o governo começa a trabalhar no dia 1º de janeiro, antes mesmo do nosso trabalho, que no dia 1º de fevereiro.

O Deputado Rogério Correia* - Sim, segundo o seu argumento, eles já foram aprovados, por que o governo ...

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, eu disse que todos os pareceres foram favoráveis e aprovados nas respectivas comissões criadas para analisar as indicações dos nomes. Mais que isso, o governo do Estado iniciou seus



trabalhos no dia 1º de janeiro e esta Assembleia Legislativa iniciou-os apenas no dia 1º de fevereiro. Ora, se fôssemos os mais ágeis Deputados de todos os parlamentos do mundo não conseguiríamos, em 1º de fevereiro, aprovar tantos nomes. Por mais ágeis que fôssemos, não conseguiríamos. Então, será que a população mineira estaria satisfeita em ver o governo paralisado e esperando a aprovação pela Assembleia de tais nomes? O que o governo fez? Fez uma designação precária. Se amanhã a Assembleia rejeitar quaisquer um desses nomes, estes serão imediatamente retirados da função que hoje atuam. Mais do que isso, Deputado Rogério Correia, o governo federal, que é do seu partido, faz o mesmo. Citamos aqui um exemplo. Como Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - Abin -, no dia 2/9/2008, foi designado o Sr. Wilson Roberto Trezza para responder pela Agência. O nome dele só foi aprovado no dia 19/9/2009, ou seja, mais de um ano trabalhando como designado para o governo de V. Exa., para o PT. O Democratas e o PSDB não questionaram isso lá e, como nós aqui, estão acima de tudo defendendo o princípio da continuidade do serviço público. Designação precária, é assim que funciona. Deputado Rogério Correia, V. Exa. tem bom-senso e sensibilidade para entender que esse questionamento não vale mais e já foi respondido.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado Gustavo Valadares, o meu tempo está terminando e não conseguirei responder a todos. Em relação a se há queixa no funcionamento do governo federal, solicito-lhe que entregue isso ao Senador Aécio Neves - Líder de Oposição à Dilma -, para que tome as providências necessárias. Sou Líder da Oposição e é aqui que preciso tomar as minhas posições. O Senador Aécio Neves entende que não deve fazê-lo. Como Líder da Oposição, esse é um problema dele. Essa é a primeira questão. A segunda é que o governo não pode fazer essas nomeações e indicou os nomes anteriormente. Então eles não teriam que sequer exonerá-los. Portanto, nesse sentido, não posso concordar com os argumentos de V. Exa. Agora sim começamos a fazer uma discussão séria, se é ou não viável ou correto. Não posso admitir que Deputados venham aqui jogar para a plateia, denunciar outros que não trabalham e, por uma questão que sabe que é regimental, querer fazer uma discussão atravessada. Ai, não! Concordo com V. Exa. no argumento e estou disposto a fazer uma discussão séria sobre esse problema que estamos levantando. As coisas precisam de resposta. Não se pode esconder, fingir que não existe. Não é possível que a base de governo não fará isso.

* - Sem revisão do orador.

Deputado João Leite* - Sr. Presidente; Srs. Deputados; Deputada Ana Maria Resende, minha amiga e colega do PSDB; Deputada Luzia Ferreira, que está ali cuidando da comunicação e da atualização de mensagens, venho a esta tribuna para fazer a discussão do Projeto de Lei nº 821/2011, do Deputado Fred Costa, o qual estabelece que o Estado doe um imóvel ao Município de Ponte Nova. Ora, Ponte Nova, assim como toda a região, vem sendo muito requisitada neste momento em função da ineficiência do governo federal, que fechou a principal ligação do Sul do Brasil, do Mercosul, da América do Sul com o Norte e o Nordeste brasileiros. Assim, Ponte Nova, Mariana e Outro Preto têm recebido, durante esses dias, grande sobrecarga com o trânsito de caminhões, carretas e bitrens. Preocupamo-nos especialmente com o trânsito desses veículos pelas nossas cidades históricas, como Ouro Preto e Mariana, pois causam grande desgaste no patrimônio que não é só de Minas Gerais: Ouro Preto é patrimônio mundial, patrimônio da humanidade. Mas hoje o governo federal, um governo de péssima gestão, um cabidão de emprego, com sua irresponsabilidade e ineficiência, desviou para Ponte Nova e toda a região esse trânsito pesado. Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado João Vítor Xavier. Peço ao Presidente que determine que se liguem os microfones de aparte, pois desejo conceder aparte ao nobre Deputado João Vítor Xavier, que já se manifestou várias vezes sobre essa questão, lembrando que sua região, Caeté, vem sofrendo tanto. Mas também Ponte Nova, de que tratamos agora, vem sofrendo muito com a transferência desse trânsito para a sua região.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - É apenas para fazer coro com o Deputado João Leite, pois estamos acompanhando a dificuldade que Ponte Nova enfrenta e que é a mesma dificuldade que enfrentamos hoje na Grande BH, em Sabará, em Santa Luzia, em Caeté, enfim, nas cidades mineiras margeadas pela BR-381, que, infelizmente, não atende as demandas do povo de Minas Gerais. Fato é que sofremos a cada dia com a inoperância, a incompetência e a falta de capacidade do DNIT. Quando estivemos na ponte do Rio das Velhas, que já foi até demolida, o DNIT prometeu que em aproximadamente 15 dias construiria uma ponte provisória para permitir a passagem dos carros. Já caminhamos para um mês e a ponte do DNIT não saiu até hoje. Há cerca de dois anos, estivemos com a então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, hoje Presidente, discutindo sobre essa estrada, que nunca mais sai. Recebemos agora a promessa do DNIT de que a BR-381 finalmente será duplicada. Foi preciso ficar alto o custo de vidas, o custo econômico, trazendo um prejuízo sem precedentes para essas cidades. Nenhuma empresa de grande porte tem coragem de se instalar na região que vai de Belo Horizonte a Governador Valadares, porque nenhuma empresa séria pode depender de uma estrada dessa. Não sabemos que dia ela estará aberta, que dia estará fechada, que dia haverá gente morta e que dia haverá helicóptero na pista para resgatar mais um paciente em estado grave e levá-lo ao Hospital João XXIII. Cada dia é uma agonia para quem vive da BR-381. Acompanhamos isso diariamente, Deputado João Leite. Acompanhei como cidadão e como morador de Caeté, que saía todos os dias de "van" para estudar em Belo Horizonte. Aliás, perdi vários amigos em acidentes de "van". Todos os dias pais e mães de Caeté não dormem com tranquilidade porque não sabem se seus filhos voltarão para casa.

O pior é o que está acontecendo agora em Ponte Nova, como V. Exa. citou. Há cidades que não têm estrutura para aguentar o trânsito que está passando nelas. Por exemplo, Ponte Nova não é uma cidade preparada e com infraestrutura para aguentar o mesmo trânsito de uma BR. Ela não tem essa condição, como Caeté, Sabará e Santa Luzia também não têm. Meus pais moram próximo à entrada de Caeté, para quem vem no sentido de Sabará. Meu pai está sendo acordado todas as dias às 2 horas da manhã, com o barulho de um caminhão bitrem passando dentro de uma cidade com 40 mil habitantes.

Portanto, Deputado João Leite, é importante que V. Exa. mostre essa situação, essa dificuldade real que vivemos hoje em Minas Gerais, para ver se o governo federal se compadece do povo mineiro.

Na semana passada tivemos oportunidade de observar aquele belíssimo mapa de investimentos do governo federal, que mandava dinheiro para todo lado, menos para Minas Gerais. Por essa razão, a nossa BR-381 não anda e o nosso Aeroporto de Confins está parado. É uma vergonha. Aliás, semana passada falaram que iriam privatizar o Aeroporto de Confins, mas esta semana já disseram que não irão mais. Na verdade, precisamos de, ao menos, uma definição.



Estamos-nos preparando para uma Copa do Mundo. V. Exa., que é um desportista, como sou também, responda-me: que condições teremos? Pelo visto, teremos as condições do que está sendo feito: de um belo Mineirão, de um belo Independência e de uma boa infraestrutura hoteleira. É com isso que a cidade de Belo Horizonte e o governo do Estado estão preocupados. No entanto, infraestrutura de transporte rodoviário não existe, porque a BR-381 não está pronta e nem ficará. Aeroporto também não há. Para se ter ideia, chegamos de uma viagem de férias e gastamos uma hora e meia para sairmos do Aeroporto de Confins. Será que o povo brasileiro merece isso? Será que o cidadão brasileiro, no seu dia a dia, merece sair de férias e passar uma hora e meia na fila da esteira para pegar uma mala? Isso quando a mala chega, porque às vezes ela é desviada, perdida e extraviada. Às vezes o cidadão leva de quatro a cinco dias para receber sua mala. Há pessoas que vêm a Belo Horizonte para turismo de negócios. Elas chegam na terça-feira, e a mala é perdida. Quando já estão voltando para sua casa, na quinta-feira, ainda não acharam a mala delas.

Esse é o gargalo do Brasil. O gargalo da infraestrutura, do crescimento, do respeito ao cidadão. Portanto, fica aqui a nossa solidariedade com a fala de V. Exa. Estamos sentindo na pele a dificuldade de se ter uma estrada. Essa era a crônica da tragédia anunciada.

Na semana passada estivemos em Brasília com o Ministro dos Transportes. Ele nos falou sobre a vontade do Ministério de finalmente realizar a obra da BR-381 e do anel rodoviário. Esperamos que não fique apenas como mais uma promessa e que efetivamente essa obra seja concretizada. Deputado João Leite, meu telefone toca de 10 em 10 minutos. É um cidadão de Caeté ou um cidadão de Sabará preocupado com a questão do trânsito, porque o reflexo está todo nessas cidades: em Mariana, em Ouro Preto, em Ponte Nova, em Caeté, em Barão de Cocais e em Santa Bárbara. Essa é a tragédia que, infelizmente, vivemos no Brasil. O pouco caso com que é tratada nos últimos anos uma das rodovias mais importantes do nosso Estado e do nosso país. Uma rodovia que liga a Capital do Estado ao Espírito Santo, ao nosso porto mais próximo, que é o Porto de Tubarão; que liga a Capital do Estado à zona produtora de aço em Minas, que é o Vale do Aço; que liga a região de extração de mineral à região onde o mineral será trabalhado. No entanto, hoje não podemos ter isso, a não ser que comecemos a fazer o transporte de helicóptero, porque estrada não temos para levar minério. Esta é a dificuldade maior do cidadão no seu dia a dia.

Há dias estou gastando duas horas e meia para ir de Belo Horizonte a Caeté, Deputado João Leite. O senhor já foi muitas vezes à minha Caeté, e eu lhe pergunto se já gastou mais que 1 hora, 48 ou 50 minutos para chegar lá. Estamos gastando duas horas aqui a Caeté. A estrada é pequena e sinuosa. Às vezes, um caminhão se encontra com outro, e ninguém passa. Não temos mais condições de viver em uma realidade desastrosa como essa.

Parabéns por levantar e insistir mais uma vez nesse tema. Faço-me solidário. Coloco aqui a nossa cobrança diária, a cobrança de 11 anos da Rádio Itatiaia por respeito do governo federal pelo povo mineiro no que se refere à BR-381. Ela é um caos, uma vergonha, um desrespeito com o nosso cidadão.

Digo isso independentemente de ser da base do governo ou não, até porque meu partido hoje é da base da Presidente Dilma. Entretanto não posso compactuar com o que ela está fazendo com o povo de Minas Gerais. Não posso compactuar com o que o governo federal está fazendo com o povo da nossa terra, da Grande BH, de Caeté, de Sabará, de Bom Jesus do Amparo, de Nova União, de Nova Aparecida, de Alvinópolis, de Rio Piracicaba. Não posso tampar os olhos para o cidadão mineiro porque hoje o meu partido compõe a base da Presidente Dilma. Ela precisa ter mais compromisso. Dilma é mineira, foi mais votada em Minas e tem de resolver o problema da nossa BR. Minas Gerais não pode continuar parada como está pela má vontade do governo federal.

E sabemos que não falta dinheiro para a nossa estrada. Ele está todo no governo federal. O que está faltando é boa vontade para resolver o problema. Obrigado pelo aparte, Deputado.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado. Agradeço a V. Exa., que contribui muito para essa discussão que fazemos desse projeto, que trata justamente de áreas degradadas junto à MG-329.

Neste momento, há grande impacto de trânsito nessa rodovia, assim como na MG-262, apesar de essa via ter sido totalmente recapeada recentemente. Entretanto elas estão recebendo todo o peso do transporte que vem de Valadares, cidade do nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão, que está tendo de optar por vir de trem ou passar por Ponte Nova.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Ou por Guanhães. Estou dando uma volta de 150Km.

O Deputado João Leite* - Tem de procurar caminho, não é mesmo, Deputado Bonifácio Mourão?

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - O Deputado André Quintão disse: "Mas Minas Gerais tem Trip". Graças a Deus, o Governador Aécio Neves deu uma malha decente para Minas Gerais; trabalhou oito anos para isso. Ao menos isso, não é mesmo, Deputado Bonifácio Mourão? Não podemos depender da BR federal. Ainda bem que o governo do Estado trabalhou para a malha aérea crescer em Minas.

O Deputado João Leite* - Muito bem.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado João Leite, agradeço a V. Exa. esta oportunidade. Neste Plenário, estou me recordando dos idos tempos, quando era aluno da Faculdade de Direito da Universidade Federal e tinha professores, como Raul Machado Horta e José Alfredo de Oliveira Baracho, grandes constitucionalistas, que se somam também a Antonio Anastasia, administrativista, e a tantos outros. Agora há constitucionalistas aqui no Plenário também; Deputados que se arrogam a condição de eminentes constitucionalistas para dizer que os projetos de lei do Governador são inconstitucionais.

Deputado João Leite, quem pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei é somente a Justiça, e não um Deputado que venha aqui dizer isso. O Deputado pode argumentar, mas dizer que é inconstitucional contraria letra manifesta da Constituição Estadual ou Federal desde que declarado pela Justiça por meio de uma Adin ou de outra medida. Argumentar que é inconstitucional só para justificar obstrução, não, até porque o governo tem o direito constitucional de fazer designações em cargos de comissão. E foi o que o Governador fez. Ele não podia deixar o DER acéfalo. O José Elcio e o Dr. Gerson já estão lá com toda a sua experiência. Ele designou e mandou o projeto para a Assembleia e, se não for aprovado, aí sim, vai ter que demitir. Não vai poder continuar porque a situação não foi regulamentada. O que não pode é deixar o cargo acéfalo, paralisar o Estado. Isso é que não pode. Não estamos vendo nenhuma



razão para se fazer uma obstrução dessa natureza, mas nós vamos fazer presença e aprovar, com certeza, pois essa é a nossa função, para isso fomos eleitos.

Dentro do que V. Exa. abordava e dentro do aparte do Deputado João Vítor Xavier, gostaríamos de falar um pouco a respeito da BR-381. Não é apenas o problema do Rio das Velhas. V. Exa. foi um dos nossos companheiros que assinaram uma representação ao Ministério Público Federal sediado em Minas Gerais. Já esgotamos todos os argumentos administrativos possíveis para tentar sensibilizar o governo federal, por meio do DNIT, a ter um pouco de atenção com Minas Gerais, especialmente no que se refere às estradas federais que cortam o nosso Estado. Não conseguimos e tivemos que entrar na Justiça. Estamos esperando que o Ministério Público Federal ou Estadual cumpra essa função e faça o que não conseguimos fazer na esfera administrativa. Nossa argumentação está cada vez mais respaldada na realidade. Os jornais “Hoje em Dia”, “Estado de Minas” e outros já noticiaram que, não só a ponte sobre o Rio das Velhas, mas também outra ponte na BR-381, no Município de Nova União, está comprometida. Isso foi confirmado por José Natan, Presidente do Sindicato da União Brasileira dos Caminhoneiros e Afins. Há um pilar que está afastado 15cm. Se acontecer com essa ponte o que aconteceu com a ponte do Rio das Velhas, vamos ter que dar uma volta de 150km. Não é possível! Será que vamos ter que interditar a BR-381? O que mais esse governo está esperando?

Já foi lembrado aqui o mapa de isolamento de Minas Gerais. Os investimentos de bilhões e bilhões de reais em trem-bala. Confins já saiu do plano de privatização. O nosso ex-Governador, hoje Senador Aécio Neves, disse: “Bem-vindos todos os membros do PT às privatizações”. Talvez agora ele não repita essa frase, porque excluíram Confins. Falaram também sobre a questão da saúde, que acompanhamos tanto, como se não fosse uma questão nacional, como se fosse uma questão só de Minas Gerais, lamentavelmente. Quem tem que, em primeiro lugar, tomar todas as providências com relação à saúde é a Presidente Dilma Rousseff. É um problema nacional. Todas as redes de televisão estão mostrando os problemas do Pará, do Acre, da Bahia e assim por diante, e agora vocês disseram que é um problema de Minas Gerais. O governo de Minas investiu em saúde mais do que todos os outros que já passaram pelo Palácio da Liberdade. Temos inúmeros dados demonstrando isso. Por uma questão que V. Exa. esclareceu bem, estão dizendo que é culpa do governo do Estado de Minas Gerais. Houve até uma contradição. O Deputado Adelmo Carneiro Leão disse uma coisa e o Deputado Rogério Correia disse outra. O Deputado Adelmo disse, e V. Exa. rebateu, que o problema não pode ser culpa de um determinado governo. Tem que ser resolvido por causa do paciente. Concordamos, o paciente merece toda atenção. Já o Deputado Rogério Correia colocou a culpa em Minas Gerais, quer tirar proveito político da situação, e com isso não podemos concordar.

Estou estendendo um pouco mais o meu aparte, porque há muitas outras coisas que estou guardando para falar, mas faltam oportunidades. Fiquei hoje tentando apartear os Deputados do PT que perfileram na tribuna, mas não consegui, porque eles se enfileiraram para evitar ser aparteados. Na hora de votar, eles se afastam. O povo mineiro precisa saber dessas verdades que estamos testemunhando com V. Exa. Estamos aqui para trabalhar seriamente e fazer com que os projetos tenham andamento. Toda oposição precisa cumprir seu papel de fiscalização, mas, naquilo que é de interesse maior do Estado, devemos estar juntos para somar. Obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Lembro-me de que V. Exa. se referia a uma comemoração em suas falas: a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça do Congresso, do Senado, da proposta do Senador Aécio Neves em limitar as medidas provisórias. Isso é uma vitória. Queremos parabenizar o nosso Senador Aécio Neves por essa vitória, que é do povo, da democracia.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Gostaria de iniciar, Deputado João Leite, agradecendo V. Exa. por conceder-me esse aparte. Sei que V. Exa. tem realizado um trabalho exemplar nesta Casa, aliás, há vários mandatos dá a sua contribuição. Então aproveito esta oportunidade para parabenizá-lo. V. Exa. traz um assunto de muito interesse do povo mineiro. Hoje fiz inscrição para falar regimentalmente, mas infelizmente não pude, em virtude do número de Deputados que estavam à minha frente; contudo é boa a oportunidade concedida por V. Exa., que fala sobre a degradação da MG-329. Na verdade vivenciamos várias degradações no Estado de Minas Gerais. A BR-381 é uma delas. Há muitas outras degradações piores, como a da saúde, da educação e dos Municípios. Aliás, quero me irmanar com os Prefeitos que foram à Brasília. Infelizmente foram novamente à Brasília para participar da 14ª Marcha a Brasília de Pires na Mão a fim de pedir socorro à Presidente Dilma. Na verdade, quando ela cortou, em 2007, 2008, 2009, 2010 e por aí afora vai, os restos a pagar, em momento algum preocupou-se com os Municípios, os Prefeitos, que infelizmente não possuem recursos financeiros. Sabemos que 60% dos recursos dos Municípios vão para Brasília. Parece que o governo federal comemora a desgraça do povo mineiro. Parece que ela fica feliz quando não manda recursos para o povo mineiro. Infelizmente os nossos Prefeitos foram a Brasília e novamente voltaram sem nada no bolso, porque ela agiu com muita esperteza politicamente. O que ela fez? Antecipando que os Prefeitos iriam para a 14ª Marcha a Brasília, ela simplesmente disse que iria cortar os restos a pagar de 2007 a 2010. É lógico que os Prefeitos deram o grito e foram reivindicar com essa marcha.

O que ela fez? Simplesmente anunciou, em Brasília, que iria voltar com setecentos e poucos milhões de reais de 2010, para Minas Gerais que possui 853 Municípios. Entretanto o calote de 2007, 2008 e 2009 continua. Digo calote, porque durante as campanhas, ela foi à base, aos Municípios e aos cidadãos mineiros e prometeu obras. Os Deputados colocaram emendas. Os Prefeitos contaram com esse recurso, mas infelizmente ela corta os restos a pagar, como se nada houvesse prometido, como se o governo do PT não tivesse feito um compromisso. Dessa forma, os Prefeitos, muitas vezes, passam o ano todo sem recursos financeiros. Hoje, dos recursos arrecadados, somente cerca de 14% ficam nos Municípios. E o governo ainda empurra garganta abaixo que tem de gastar 15% com a saúde. A maioria dos Municípios gasta hoje cerca de 25%, 30%, e há até Municípios que chegam a 33% com os gastos da saúde. Isso é inviável. Torna-se impossível administrar um Município gastando-se 33% com a saúde, e o governo ainda empurra garganta abaixo que o Município tem de gastar 25% com a educação. Tem de gastar? Tem. O Município tem de dar a sua participação? Tem. E o Estado? Tem também. Entretanto, quem tem de dar mais é o governo federal, porque detém 60% dos recursos arrecadados com impostos. É ele que tem a responsabilidade maior. E aí ele corta. Só para se ter ideia, Deputado João Leite - V. Exa. conhece muito bem os dados -, a arrecadação do governo federal hoje equivale a algo em torno de 805 bilhões; estamos perto de 1 trilhão em arrecadação. É um governo que arrecada cada vez mais e que empurra cada vez mais os impostos garganta abaixo do cidadão. Quando



se fala em 300 mil, 1 milhão, ainda acha que está fazendo favor. Mas está arrecadando bilhões, chegando perto de 1 trilhão. Entretanto, a nossa degradação vai muito além dessas MGs, não temos hospitais, médicos, saúde, exames, cirurgias eletivas.

Essa é a realidade do País. O cidadão brasileiro quer, no mínimo, o que a Constituição lhe dá: quer assegurado o direito de ir e vir; quer asseguradas a segurança e a educação; quer o direito, pelo menos, de sua saúde e a de sua família. Repito, nossa degradação é muito grande, vai muito além do que estamos discutindo sobre as MGs hoje. A degradação está no Município, que tem a responsabilidade maior empurrada garganta abaixo pelo governo federal.

Nesta semana vou-me inscrever para falar novamente sobre isso. Saírei em defesa dos Municípios, falarei nesta tribuna em defesa dos Prefeitos. Cada vez mais assumo a responsabilidade que é do governo federal, que é o direito que está na Constituição brasileira, o direito que o povo brasileiro tem. Minas Gerais, infelizmente, perde cada vez mais, porque a Presidente não se preocupa com o povo mineiro, retira, como retirou a Fiat e outras empresas, o polo acrílico. E por aí vai, não joga dinheiro em recursos de investimento em Minas Gerais, que cada vez perde mais.

Não continuarei, senão tomarei todo o tempo de V. Exa. Agradeço-lhe este aparte, que é uma oportunidade de levarmos esses dados aos cidadãos mineiros, mostrando a eles que muitas vezes o que se prega lá em cima não é o que ocorre aqui em baixo; o que não ocorre aqui, em Minas Gerais. Na verdade, o povo mineiro infelizmente está sendo esquecido pelo governo do PT, que não tem um pingão de compromisso com o nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado Duílio de Castro, V. Exa. trouxe informações muito importantes. Deputados Duarte Bechir e Carlos Mosconi, nosso grande Líder, estamos com uma iniciativa importante do Senador Aécio Neves, iniciativa que representa o equilíbrio entre os Poderes. A medida provisória, a partir de sua edição agora, irá a uma comissão mista de 12 Senadores e 12 Deputados, que analisará sua admissibilidade, se a matéria for urgente e relevante, em 10 dias. Caso a comissão negue a admissibilidade, a medida provisória passará a tramitar como projeto de lei em regime de urgência. Se aceita a medida provisória, a Câmara terá 50 dias para votá-la, e o Senado, 45 dias. Caso não seja votada nesse prazo em cada Casa, a medida irá para o arquivo, perdendo sua validade. É histórica a proposta do Senador Aécio Neves, repito, acatada hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Ela tramita agora com essa mudança.

Concedo aparte ao Deputado Duarte Bechir. Depois ouvirei meu Líder, Deputado Carlos Mosconi. Sei que tanto o Deputado Duarte Bechir quanto o Deputado Carlos Mosconi acrescentarão, como o Deputado Duílio de Castro, riqueza ao pronunciamento, à discussão que fazemos.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Obrigado, Deputado João Leite. V. Exa. discute o Projeto de Lei nº 821/2011, que trata da doação de imóveis ao Município de Ponte Nova. Aludindo ao referido projeto, V. Exa. tece comentários que fazem com que percebamos a importância de votar o projeto e, ao mesmo tempo, de discutir a questão municipalista. Se estamos aqui, na Capital mineira, na sede do Poder Legislativo, onde tudo acontece e onde Minas Gerais delegou a 77 Deputados esse poder de decisão, de discussão, tudo deveria ser realizado dentro do maior equilíbrio democrático possível.

Infelizmente, Deputado João Leite. E digo infelizmente, porque muitas vezes o subterfúgio se transforma na arma do covarde, daquele que quer fugir do debate, escondendo-se atrás de uma determinada legislação que o protege, mas que na realidade o envergonha perante a verdade que uma hora surge. Por que digo dessa forma, meu caro Deputado João Leite? Porque Belo Horizonte é a Capital de Minas Gerais, e esta cidade recebe mineiros vindos de todos os cantos. Temos aqui pessoas do Norte, do Sul, minha região, do Leste, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Pessoas que vieram construir sua vida e buscar realizações profissionais na Capital de Minas.

Na sexta-feira, meu caro Deputado João Leite, V. Exa., em uma incumbência especial, fez-me um convite, em virtude do qual não viajei para o interior. Adieei meus compromissos e aceitei o convite para que a população de Ponte Nova e dos demais Municípios pudesse, se precisasse vir a Belo Horizonte, fazê-lo e ter um atendimento de saúde, sem politicagem.

Quero passar um recado aos funcionários da Fhemig, que deveriam estar aqui para me ouvir. O recado que temos talvez seja mais importante que o daqueles que somente jogam confetes para a torcida, mas que na verdade não querem que achemos uma solução para dar a esses profissionais o que realmente merecem. Informo a V. Exa. que um dos artigos da lei que contratou os funcionários da Fhemig diz que eles perceberão como remuneração aquela paga aos funcionários do Estado e, na falta desta, aquela paga aos funcionários da iniciativa privada. Buscamos resolver a situação, mas o Deputado, Líder do bloco oposicionista e que deveria estar na reunião, lá não estava propositadamente. Ele não foi, para que não achássemos um encaminhamento para os funcionários da Fhemig, para que Belo Horizonte deixasse Ponte Nova e outros muitos Municípios do interior em dificuldade na área da saúde.

Caro Deputado João Leite, é aquela velha máxima: quanto pior, melhor; vamos instalar o caos, vamos atrapalhar este governo de qualquer forma, custe o que custar, fazendo política baixa ou alta, mas vamos atrapalhar o governo. Não foi ao encontro com o Carlinhos, Presidente do sindicato dos funcionários, nem ao encontro do Foguinho, da Fhemig. Ele não foi; todavia, à tarde, veio o golpe que eu não esperava, meu caro João Leite.

Gostaria que os funcionários da Fhemig estivessem aqui para me ouvir falar sobre o golpe aqui, na parte da tarde. Por que digo “golpe”? Porque foi combinado com o Líder da Oposição que ele deveria estar presente ao debate, porém ele não foi. À tarde, foi buscar confusão nos hospitais da rede pública de Minas Gerais. Seria um acordo para buscarmos um encaminhamento e resolvermos o caso. O Líder da Oposição fez o contrário totalmente, como se quisesse dizer: estou impedindo que seja feito o acordo, porque não tiramos o proveito necessário da greve dos funcionários. Refiro-me a tirar proveito do sofrimento; a tirar proveito daqueles que serão demitidos por força da lei, porque o Ministério Público não aceita a continuidade dos seus trabalhos, uma vez que fere a lei a continuidade da contratação. O governo de Minas fez as contratações por prazo determinado, como preceitua o art. 37 da Constituição. No momento da contratação, os funcionários sabiam que haveria adiante a possibilidade de serem demitidos pelo cumprimento do contrato. Entretanto o que mais importa a alguns políticos de Minas Gerais é não deixar as coisas ocorrerem de forma correta. Isso é o que importa. Enquanto aqui se pratica essa política, em Brasília, aqueles dos quais eles não gostam estão trabalhando por Minas Gerais e pelo Brasil. V. Exa. dá o exemplo, agora, da medida tomada pelo Senador Aécio, em defesa do povo



brasileiro, criando esse expediente de uma análise criteriosa das medidas provisórias, para que o governo não edite uma atrás da outra e se governe o Brasil por meio de medidas provisórias. V. Exa. nos traz um exemplo claro do que é trabalhar para o povo. Recentemente o Senador Aécio Neves estava lá para defender Minas Gerais, quando tentou recuperar um pouco daquilo que foi tirado de Minas Gerais pelo Presidente Lula, ao levar para Pernambuco parte da Fiat. Fez uma modificação no projeto incluindo a área da Sudene para poder trazer os benefícios para as montadoras que queiram vir para Minas Gerais. Pergunto a V. Exa.: onde estava a Oposição nessa hora? Onde estava esse partido que só joga contra os governos, na tentativa de chegar ao poder a qualquer custo? Digo a V. Exa. onde estava: na figura de Cândido Vaccarezza, Deputado Federal por São Paulo, orquestrando para votar contra a emenda do Senador Aécio Neves que dá a Minas Gerais a extensão dos benefícios da medida provisória, que poderia beneficiar a nossa Ponte Nova. Hoje V. Exa. traz mais uma forma de mostrar que o PSDB e o Senador Aécio Neves agem com imparcialidade, pensando no povo brasileiro.

Deixe-me dar outro exemplo a V. Exa. O que diz a PEC do Senador Aécio Neves, em tramitação no final do mês passado, caro Deputado João Leite? Que o Presidente da República pode até editar, através de medida provisória, a baixa do IPI, que constitui mais de 60% do FPM, (que recebem os Municípios), mas deve repor aos Municípios as perdas na medida em que tira, porque o governo federal faz uma arrecadação paralela. Ele não mexe no PIS-Cofins, não mexe naquilo que é dele. Ele mexe no que é do povo brasileiro.

Faço mais uma pergunta a V. Exa.: o nosso Deputado Federal Humberto Souto, aliado a outros, propôs, e o Congresso aprovou, a redistribuição dos “royalties” do petróleo, o pré-sal, dando aos Municípios brasileiros a expectativa de melhora nas suas arrecadações. Os Prefeitos, a municipalidade e os veículos de comunicação de todo o País, ao mesmo tempo, deram a notícia: enfim uma chance para os Municípios poderem, caro Deputado João Leite, criar expectativas melhores para sua população. E os munícipes, os Prefeitos e os Vereadores, todos felizes com a possibilidade da redistribuição dos “royalties”. Mas, no final do ano passado, com um chicote na mão, num simples lance, foi tirado dos Municípios pelo Presidente Lula o direito de redistribuir as riquezas de nosso mar.

Não é do terreno de Minas Gerais. Onde está o pré-sal, Deputado João Leite? A que medida está o pré-sal, a que distância da costa e a que profundidade do solo? Mais uma vez tomamos um prejuízo, e os Municípios estão à beira da falência. Só não estão em condições piores porque surge uma voz em Brasília, a do Senador Aécio Neves. Como disse em seu discurso, há 15 dias, quando tive oportunidade de estar em Brasília: “Não achem que me vou calar perto dos erros, dos absurdos que o governo comete. Não achem que vou tomar medidas pessoais políticas contra os outros partidos”. Não, o que vemos em Minas é outro encaminhamento.

Veja bem V. Exa. que foi dito aqui hoje que o governo de Minas colocou para trabalhar pessoas que ainda não foram sabatinados por esta Casa. Não preciso perguntar a V. Exa., posso perguntar a qualquer servidor desta Casa, seja da segurança, seja de qualquer escalão, e a qualquer um que nos assiste pela TV Assembleia: quem são os que estão fazendo obstrução para que esta Casa não sabatine os indicados pelo Governador? Quais são os partidos? A resposta V. Exa. sabe, é a liderança da Oposição.

Faço outra pergunta, que todos também me responderão a tempo e a hora: por que estão tomando essa atitude? Para criar dificuldade para o governo. Com que propósito fazem isso? Quanto pior o governo, melhor para chegarmos ao governo de Minas.

Será que vão querer governar com o mesmo espírito que governaram quando tiveram a oportunidade de uma aliança espúria com o PMDB? Será que é a mesma aliança daquela época? Será que essa aliança será para o bem dos mineiros? Minas cresce em todos os segmentos. Minas cresceu, nos últimos oito anos, a ponto do nosso PIB ser maior que o da China, meu caro João Leite. Pergunto aos mineiros se essa política que estamos vendo nesta Casa é a que fará a continuidade deste Estado ou é aquela que quer levar Minas para o buraco e que quer chegar ao poder a qualquer custo.

Faço essa intervenção a V. Exa., porque, sem sombra de dúvida, nós o temos como uma das bandeiras da seriedade, da transparência. V. Exa. sempre primou por uma vida correta, dentro dos modelos praticados pela Igreja, pela instituição mais respeitada que temos. V. Exa. é para nós aqui, nesta Assembleia Legislativa, uma espécie de ícone. Temos o orgulho de empunhar a bandeira onde V. Exa. estiver, porque construiu um passado de muita dignidade. Parabênz-o neste instante por estarmos neste mesmo “hall”, defendendo um governo que é transparente, que é de realizações, para que o mal não seja uma ameaça para o bem. Não podemos permitir isso. Muito obrigado a V. Exa.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. V. Exa. foi no ponto. Defendo o nosso governo, o Governador Anastasia, o Senador Aécio Neves, por total convicção. Fiz parte do governo Aécio Neves. Conheço a seriedade do nosso governo. Então é por total convicção que estou nesta tribuna, no Plenário, juntamente com Deputados que acreditam como eu. Estou com vocês. Rendo as minhas homenagens a V. Exa. e ao Deputado Duílio de Castro, que fizeram aqui uma defesa municipalista vigorosa. Os Municípios estão abandonados. São R\$28.000.000.000,00 de calote. O Deputado Duílio de Castro expôs aqui os números claramente. Não foi pago nada. As pessoas vivem nos Municípios e não são atendidas.

Muito obrigado. Tenho a honra de estar com V. Exa., trabalhando por nosso governo. Lamento, também, que a Oposição diga que não tem de votar. Ora, os Deputados eleitos pelo povo de Minas Gerais não têm de votar, quer sejam da Oposição ou da Situação? Todos têm de votar. Rendo minhas homenagens a V. Exa., vindo da nossa linda e querida Campo Belo.

Com muito prazer, concedo aparte ao meu Líder, essa figura tão querida, que é, sem dúvida, uma referência na saúde não apenas para nós, para Minas Gerais, mas também para o Brasil. Ele é autor da Emenda nº 29, sempre defendeu ardorosamente a sua regulamentação. Agora ele nos representa, a nós todos, com os servidores da Fhemig, buscando sucesso nesse entendimento e o bem para essas pessoas. Com muita alegria, com muita honra, concedo aparte ao meu Líder, por quem tenho grande admiração, Deputado Carlos Mosconi.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Fico grato, Deputado João Leite. Queria também manifestar a V. Exa. a minha satisfação em apartear-lo neste momento. V. Exa. tem um tempo longo, como estabelece o nosso Regimento, mas a admiração dos membros da Casa por V. Exa. é tão grande que o seu tempo ficou reduzido a muito pouco, pois todos fazem questão de apartear-lo durante seu pronunciamento.

Para mim também é uma satisfação, uma honra poder aqui estabelecer esse diálogo com V. Exa. neste momento.



Queria dizer, Deputado João Leite, que nós, nesta Casa, estamos vivendo um momento de complexidade que não nos alegra. Estamos aqui para trabalhar, para discutir e votar as proposições, enfim, para cumprir a nossa função, que nos foi delegada pelo povo de Minas Gerais.

Entendo que o papel da Oposição é absolutamente correto, justo, supremo, democrático, importante para esta Casa e para qualquer Parlamento, assim como o da Situação.

Acho que podemos estabelecer o debate, a polêmica e o contraditório sem deixar de cumprir o nosso papel. Estamos aqui para votar coisas importantes para Minas Gerais. Hoje estamos nesta Casa para votar um importante projeto para Ponte Nova: doação de um imóvel para a cidade. Sem dúvida alguma, o projeto do Deputado Fred Costa terá grande importância para a cidade. No entanto, é como se esse projeto não tivesse importância. Dizem: “Não tem importância, não vamos votar.” Hoje estamos aqui, o dia todo, e eu estava na esperança de votar, não apenas esse, mas outros projetos; mas lamentavelmente estamos paralisados.

Queria dizer, em relação a nossa preocupação com os Municípios, que é a base do pronunciamento de V. Exa., que ontem, em Brasília, estiveram presentes 2.200 Prefeitos do Brasil. Ou seja, 2.200 Prefeitos de cidades do nosso país na 14ª Marcha a Brasília. Por que foram lá, Deputado João Leite? Porque os Municípios estão paupérrimos, não têm autonomia para absolutamente nada, são garroteados por Brasília. Essa é a verdade. Brasília arrecada cada vez mais, cobra impostos cada vez mais, onera o nosso povo cada vez mais, portanto onera o povo que mora nos Municípios cada vez mais. Brasília é recorde de arrecadação a todo momento.

E o que acontece? Diminui-se o repasse do Fundo de Participação dos Municípios, porque houve a crise. O resto de R\$870.000.000,00 a pagar não vamos passar. Dizem: “Não podemos, porque houve a crise.” Ora, os Municípios, sem outra ação, estão em Brasília fazendo o apelo para que a Presidência da República entenda os seus problemas, pois não têm autonomia sequer para comprar um esparadrapo para cuidar dos pacientes das suas cidades, não têm autonomia para comprar um giz para as escolas auxiliarem os alunos. Hoje, os Municípios são paupérrimos, pois não têm autonomia para nada.

Se tem um problema na estrada, falam: “Se o governo do Estado não arrumar o recurso, não tem como arrumar a estrada, porque os Municípios não têm autonomia”. Então, quem fica com o bolo de recursos provenientes dos impostos do nosso país? A União fica com praticamente 70% dos impostos arrecadados no País. Ora, 70% é muita coisa para um país que arrecada muito, que tem quebrado recordes de arrecadação, um atrás do outro. A União deveria ter o bom-senso e o desprendimento de dizer...

O Deputado João Leite* - Deputado Mosconi, os últimos números são 19,4% para Estados e Municípios, e o restante para a União.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Pois é, 19%, 20%. Então, são 80% para a União.

O Deputado João Leite* - No governo passado, o valor era 28% para Estados e Municípios. Agora, o valor destinado aos Estados e Municípios caiu para 19%. O restante fica para o governo federal.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Deputado João Leite, se analisarmos a situação, perguntaremos o que vem para Minas Gerais. Hoje escutamos apenas uma ladainha de reclamações sobre dinheiro que não vem para o metrô de Belo Horizonte.

Assisti, no final do primeiro governo do ex-Presidente Lula, a inauguração de um trevo da Rodovia Fernão Dias no Sul de Minas, em Pouso Alegre, feita pelo Presidente Lula, que falou em alto e bom som: “Todas as obras iniciadas terão o seu término. Não começo mais nenhuma obra sem terminar as que já estão iniciadas”. Então, eu disse: “Bom, agora o metrô de Belo Horizonte sairá, a duplicação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte vai dar certo”. O que aconteceu? Nada, absolutamente nada. Essa é uma questão prioritária da nossa cidade e do nosso Estado.

Para todo lado, há problemas. Na cidade de Poços de Caldas temos uma área da INB, que hoje é a CNEN, que escavou a região para retirar urânio no tempo da megalomania do País, o que não levou a nada. A área ficou lá, enorme, degradada, e a União cuida daquilo com descaso, pois hoje não serve para mais nada. Serve para cuidar de um rejeito que vem de outro Estado. A área está lá, malcuidada, mal-olhada, malpreservada. Com pouca coisa, a União poderia resolver o problema. Não é grave, pois a cidade de Poços de Caldas é uma região de turismo, assim como Caldas ou Andradadas. O que acontece? Nada, absolutamente nada. Há anos batemos à porta e perguntamos: Como é que é? Isso ficará aqui dessa maneira?

Não, não é possível. Se fosse uma empresa privada que tivesse feito o que fizeram lá, os donos estariam hoje na cadeia por terem deixado aquela área daquela maneira. Não acontece absolutamente nada com a União.

Os Prefeitos foram a Brasília pedir recursos dos Restos a Pagar. Tudo justíssimo. Eles disseram assim: “Renunciaremos às emendas. Não queremos mais emendas”. Perguntei-lhes: por que as emendas não são úteis? Por que elas não existem? Por que elas são uma quimera, um sonho? Responderam-me que não, que as emendas existem, são discutidas e votadas no Orçamento da União. O problema é que não são pagas. O Orçamento é votado e aprovado no Congresso Nacional, mas não é cumprido, em prejuízo dos nossos Municípios. As emendas estão lá e são corretas. Aliás, pode haver uma ou outra que não seja, mas a absoluta maioria é de grande utilidade para os nossos Municípios, tanto na área de saúde quanto nas de educação, transporte, esporte e segurança. Como não têm recursos com que contar, os Municípios contam com o recurso da emenda. No entanto, agora não se pode.

Os Prefeitos já disseram: “Não queremos fazer esse papel ridículo”. Na verdade, cria-se uma expectativa, como, por exemplo: “Arrumarei uma emenda de R\$1.000.000,00 para isso e outra de R\$2.000.000,00 para aquilo”. E aí a emenda não sai - aliás, não sai em Brasília, porque aqui sai. Os Prefeitos disseram: “Chega de emenda”, porque são tratados como palhaços. Infelizmente, essa é a verdade. E, mais, foram até lá para dizer o seguinte: “Onde está a regulamentação da Emenda nº 29, que foi aprovada em 2000?”. Até hoje não a regulamentaram.

Deputado João Leite, vejo a Oposição dizer que precisamos cumprir a Emenda nº 29 em Minas Gerais. Essa é uma emenda à Constituição Federal e, portanto, precisa ser cumprida e regulamentada lá, que é o fórum adequado para a sua regulamentação. Os Prefeitos não vêm a Belo Horizonte pedir a regulamentação da Emenda nº 29. Apesar da precariedade do sistema de saúde do País, há aqui vários programas elaborados pelo governo do Estado de Minas, como, por exemplo, os programas Viva Vida, Pro-Hosp e o de transporte sanitário. Enfim, são inúmeros programas elaborados com competência pelo nosso Estado e que naturalmente puseram a



saúde num outro nível, ou seja, num nível muito melhor. Então, os Prefeitos de Minas Gerais não vêm a Belo Horizonte. Na verdade, vão a Brasília para pedir a regulamentação da Emenda nº 29.

Portanto, os vi pedindo, com ênfase, a regulamentação dessa emenda, assim como ouvi o Presidente da Câmara, que é do PT, partido do governo, dizer: “Agora colocarei na pauta a votação da Emenda nº 29”. Fiquei animado e pensei: agora vai. No entanto, quando vi a Presidente da República, Dilma Rousseff, fazer o pronunciamento aos Prefeitos, percebi que não citou a Emenda nº 29, ou seja, não se referiu a ela, passou ao largo dela, Deputado João Leite. Então imagino que não acontecerá.

As pessoas perguntam sobre o caos na saúde, os problemas dos doentes nos corredores dos hospitais, a falta de procedimentos médicos e os hospitais que estão sendo sucateados. Essa é uma realidade, uma realidade que não é evidenciada em Minas Gerais. Assistimos a isso a todo instante pela televisão. Todo santo dia há noticiário mostrando essa situação da saúde no País.

Faço esta minha manifestação apenas para falar da importância que V. Exa. dá às questões dos Municípios. V. Exa. está defendendo a aprovação do projeto de lei ora em discussão. Quero somar-me a isso. Caro Deputado João Leite, manifesto minha admiração por V. Exa., que já está nesta Casa há muito tempo e tem mantido uma conduta absolutamente exemplar. Todos o têm como referência, uma referência de ética, honradez e trabalho. É uma satisfação para todos nós tê-lo como colega. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Deputado André Quintão, é claro que lhe concederei um aparte, pois sei que enriquecerá o final deste pronunciamento. No entanto, queria fazer um comentário e dedicar só 1 minuto ao Deputado Carlos Mosconi, a fim de fazer-lhe uma reverência.

Deputado Carlos Mosconi, obrigado pelo aparte e pelas palavras carinhosas. Na verdade, esse é o jeito dele. Observamos como ele trata todas as pessoas.

Faço um pedido para que V. Exa. continue firme na discussão com os servidores da Fhemig, ajudando-os a buscar solução. Conhecemos o seu coração, a sua sensibilidade quanto a essas questões, e, pelo que V. Exa. disse, o entendimento está próximo, e será muito bom que ele aconteça. Eu, especialmente, sinto-me muito responsável, porque, no governo do PT e do PMDB, era oposição nesta Casa e apresentei uma emenda que foi rejeitada pelo governo, emenda que tratava dos funcionários contratados da área da educação, para que eles pudessem ter os direitos trabalhistas reconhecidos. Então, me sinto responsável nessa matéria. Estou acompanhando atentamente, aliás, muito bem representado por V. Exa. nessa discussão.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Sr. Presidente, nobre Deputado João Leite, sobre o projeto de lei em discussão, quero manifestar a mesma posição de V. Exa., de apoio ao projeto que vai beneficiar 47 famílias da Vila Lanna, em Ponte Nova, uma área de domínio do DER. Com a regularização fundiária, obras de saneamento serão permitidas, e a própria titulação. Então, se trata de um projeto muito importante.

Quero parabenizar o Deputado Inácio Franco pela extrema flexibilidade e atitude democrática, ao permitir que esse debate do Projeto de Lei nº 821/2011 pudesse trazer para cá uma dimensão mais ampla da discussão em relação aos Municípios de maneira geral.

Devido ao tempo, não vou me estender. Não vou entrar na polêmica de quem teve mais ou menos culpa nos últimos 10 ou 20 anos, mas, de fato, Minas tem alguns gargalos do ponto de vista dos investimentos federais, da BR-381. A minha família é do Vale do Aço, e essa é uma questão seriíssima. Ela sempre se desloca por esse trajeto, então temos a obrigação de lutar pela sua duplicação. O Anel Rodoviário virou uma avenida metropolitana; aliás, há uma situação semelhante à de Ponte Nova, de famílias que deverão ser reassentadas em locais mais dignos. Portanto é importante a revitalização do Anel. Quanto às obras de mobilidade urbana, além das que o Prefeito Márcio Lacerda está realizando, dos BRTs, em vários corredores, há também a questão do metrô, numa lógica metropolitana. Eu até incluiria, Deputado João Leite, uma coisa que está esquecida e é importante: a BR-367, que liga Diamantina a Porto Seguro. Há um trecho de Minas Nova a Virgem da Lapa, passando por Chapada do Norte-Berilo, e um trecho de Almenara até Salto da Divisa. Há um convênio do DNIT com o Estado para que este faça o projeto executivo e o DNIT faça obras que estão incluídas no PAC. Então considero que nós, da Assembleia, temos de fazer, sim, esse movimento. Tenho o maior respeito pelo Deputado Carlos Mosconi, constituinte, então me associo ao Deputado João Leite nos elogios ao Deputado Carlos Mosconi, como também deste Deputado ao Deputado João Leite; nós que tivemos a oportunidade de sermos Secretários Municipais, juntos, no governo do ex-Prefeito Patrus Ananias. Sempre falo que foi um dos melhores Secretários, e o quanto ficou admirado por toda a equipe, aliás, por este Deputado. Agora considero que, nessa questão dos Municípios, independente da questão de emenda parlamentar, o governo federal, o ex-Presidente Lula, na crise, fez a compensação aos Municípios diretamente com o repasse da diferença, por meio do FPM. Então foi de maneira universal. E é a discussão que estamos fazendo aqui, em relação aos Municípios cujos convênios ainda não foram pagos pelo governo. Assim, da mesma maneira que fazemos coro em relação às obras necessárias, tenho certeza de que a Presidente Dilma, que assumiu há pouquíssimo tempo, vai se empenhar nessas grandes intervenções, e também solicitando o apoio da base do governo para que os Municípios que não foram contemplados com a compensação das perdas do ICMS também sejam contemplados.

No mais, Deputado João Leite, parabéns pelo pronunciamento, ainda que eu discorde em vários pontos, mas esta é uma casa política e, nesse tom, julgo importante que todos nós tenhamos liberdade de apresentar nossos pontos de vista.

O Deputado João Leite* - Agradeço a contribuição de V. Exa. Sei que o governo de Minas agiu rigorosamente dentro da forma como defendemos o programa. Acompanhei recentemente a ação e sei que V. Exa. é especialista no acompanhamento desse programa que trata da pobreza rural. Todos as Prefeituras, todos os mineiros do Estado receberam recursos do programa da redução da pobreza, contratado pelo governo de Minas com o Banco Mundial para ser levado aos Municípios carentes.

Não tenho mais tempo. Queria até pedir o encerramento da reunião e garantir meu tempo, mas vejo que o Deputado Zé Maia está inscrito e desejo muito ouvi-lo. O meu tempo está realmente esgotado? Está bem. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, ex-Presidente desta Casa, escreveu um artigo que foi publicado neste final de semana pelo jornal “Estado de Minas”. O Vice-Governador trata de



um tema extremamente importante e relevante para Minas. Por essa razão, venho a esta tribuna - aliás, peço permissão ao Vice-Governador para ler trechos do seu artigo - discutir o assunto para que as pessoas tomem conhecimento. O título é “Compromisso da Petrobras com Minas”. (- Lê:)

“Minas não tem mar nem produz petróleo”, afirmou recentemente o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. O que não ficou claro é que isso não impede o Estado de hoje fabricar componentes para navios e de produzir, há mais de 40 anos, gasolina, óleo ‘diesel’, GLP e outros derivados de petróleo na Refinaria Gabriel Passos - Regap -, que recebe o óleo bruto diretamente da bacia de Campos, depois de percorrer 540km no oleoduto Orbel II. Ou seja, nem a ausência do mar ou do petróleo ‘in natura’ tem sido obstáculo para o desenvolvimento industrial mineiro, em razão da competência tecnológica, do beneficiamento das matérias-primas e, sobretudo, do grande mercado consumidor no Estado.

Essa visão estratégica de desenvolvimento sustentado certamente inspirou a firme posição do Governador Antonio Anastasia, ao conchamar a Petrobras a manter seu compromisso de implantar projeto industrial para produção de ácido acrílico e polímeros junto à Regap, nos termos de protocolo firmado em 2005 por aquela empresa estatal com o governo mineiro.”

Portanto, há um documento firmado pela Petrobras com o governo de Minas para instalar aqui esse polo de produção de ácido acrílico e polímeros. (- Lê)

“Acima de tudo porque a iniciativa corresponde ao marco fundamental de constituição do polo petroquímico mineiro, quando emergem no Estado as promissoras ocorrências de gás natural na bacia do São Francisco e assegura-se a construção da fábrica de amônia e de gasoduto em Uberaba. A petroquímica é também uma vocação mineira e é setor estratégico para o seu desenvolvimento.

A firme posição de Minas foi manifestada em encontro realizado na Cidade Administrativa, em 23 de março, no qual o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, apresentou o novo programa de investimentos da estatal, que prevê aplicações de R\$3.400.000.000,00 no Estado até 2014, dentro do programa de desenvolvimento de fornecedores da empresa. Na mesma ocasião, o Governador Antonio Anastasia assinou decreto criando o comitê estadual de desenvolvimento do petróleo e gás, que será peça-chave na atração e qualificação das indústrias para atender colossais oportunidades e desafiadoras demandas do pré-sal.

A reivindicação do polo petroquímico e a criação do comitê convergem, estrategicamente, para o maior equilíbrio do balanço energético de Minas no setor de petróleo e gás. A par disso, impõe-se a expansão da própria Regap, que, desde 1982, tem o mesmo perfil de produção, afora a unidade de coque instalada em 1994. Atualmente, como acentuou naquele encontro o Presidente da Fiemg, Olavo Machado Júnior, a Regap ocupa a 6ª posição no ‘ranking’ nacional de refino e a 8ª quando se considera a produção de combustíveis por refinaria; operando num Estado que concentra o segundo maior parque industrial do País, possui a maior malha rodoviária nacional e a segunda maior frota de veículos. Essa disparidade condena Minas Gerais a um déficit de 60% na produção de diesel e de 50% na produção de gasolina.

Este encontro deu a tônica para grande mobilização de todos os mineiros em torno da questão do petróleo e do gás como fator estratégico para o desenvolvimento estadual. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o mineiro Fernando Pimentel, presente ao encontro, certamente saberá contribuir para que a matriz energética de Minas não seja mais comprometida pela gritante carência de investimentos de que tem sido objeto a refinaria de Betim. Estudos técnicos e financeiros demonstram a viabilidade de sua expansão, apontando que um incremento de 12.000m³ de petróleo/dia acima da sua capacidade atual – de 24.000m³ - atenderá aos déficits atualmente existentes, podendo, ainda, gerar excedentes para exportação.”

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Obrigado, Deputado Zé Maia. V. Exa. faz aqui a leitura de um artigo escrito pelo nosso Vice-Governador. Sabemos da preocupação que ele divide com o Governador Anastasia, pois se colocou à disposição do Sérgio Gabrielli, a quem só faltou pedir pelo amor de Deus, na ocasião em que ele esteve aqui. Também fui àquele encontro, mas tive uma decepção muito grande. Quando ele agendou a sua vinda aqui, esperávamos que ele revisse a situação que provocou ao romper um acordo firmado em 2005, quando o governo Lula esteve neste Estado. Na verdade, o acordo não foi feito com o Governador do Estado, à época o nosso querido Aécio Neves, mas com o povo mineiro, mais precisamente com a região de Ibitaré. O compromisso que fez foi o de implantação do polo acrílico, para a fabricação de aço acrílico aqui, já preparando a implantação do polo petroquímico.

Fico muito à vontade para dizer que, quando o Sr. Sérgio Gabrielli veio aqui, ele veio simplesmente por vir. Ele mesmo disse que já havia rodado por vários países do mundo e visitado vários Estados brasileiros explicando simplesmente o que a Petrobras iria gastar para implantar o seu projeto do pré-sal. Em momento algum teve a intenção de discutir o rompimento da palavra que havia sido dada ao povo de Minas, de rever a situação ou de voltar atrás e contemplar o povo mineiro, fazendo um investimento neste Estado que geraria emprego, ISS e outros impostos, renda e educação. Com certeza, essa indústria traria tudo isso.

Aproveitando o assunto que V. Exa. traz à tribuna, eu não poderia deixar de dar o meu testemunho, porque estive presente àquele encontro.

Então, o que o Sérgio Gabrielli fez em Minas Gerais foi mais ou menos uma extensão do que o governo vem fazendo com o povo mineiro. É tirar o que nós temos, o que foi prometido e o que já era do povo e levar para governos do PT da Bahia e do Nordeste afora. Infelizmente estão tratando o povo mineiro como um baixo clero. Ficamos muito tristes com isso, porque o povo mineiro é muito acolhedor e muito amigo. Pela votação que recebeu em Minas Gerais, ela deveria ter um pouco mais de compromisso com a população mineira. Isso nos deixa muito tristes, por isso deixo aqui o meu protesto nos anais desta Casa. Um dia ela há de voltar e, com certeza, o povo mineiro saberá dar o troco que ela merece.

O Deputado Zé Maia* - Muito obrigado, Deputado Duílio de Castro. V. Exa. esteve aqui quando o Presidente da Petrobras nos visitou e tem-se manifestado diversas vezes nesta Casa sobre esse assunto. Portanto, agradeço a intervenção de V. Exa., que enriquece o nosso pronunciamento.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Meu caro Deputado Zé Maia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, gostaria de dividir a minha fala em relação ao artigo publicado no jornal “Estado de Minas”, de autoria do nosso Vice-Governador, em duas etapas. A primeira delas diz respeito ao sentimento patriótico do nosso Vice-Governador ao mencionar que o pessoal da Petrobras



disse que Minas não produz petróleo. Gostaria de saber de V. Exa. qual é a participação de Minas na compra de produtos da Petrobras. Pergunto ainda a V. Exa.: qual o retorno da Petrobras para Minas em relação ao que produz e compra da Petrobras? Menos de 1% em investimento em nosso Estado. Minas representa quase 10% do que ela vende para o Brasil, e ela devolve 0,5%.

O nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho teve toda uma trajetória, por ter passado por esta Casa. Afinal, aqui aprimoramos as nossas visões, os nossos sentimentos e as nossas ações. Não é à toa, meu caro Zé Maia, que o Governador Anastasia, ao escolher alguém para compor a sua chapa, o fez pensando nos mineiros, na capacidade de Alberto Pinto Coelho. Como já disse, gostaria de fazer dois comentários. Primeiro, quero parabenizar o nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho pela matéria, pelo seu posicionamento, por estar sempre atento e na briga pelos interesses maiores de Minas Gerais. Segundo, quero ressaltar o espírito de V. Exa. de nos brindar com esse importantíssimo momento, o de trazer a esta Casa e também ao povo mineiro, que nos acompanha, o conhecimento da matéria.

Como o tempo está terminando, Deputado Zé Maia, assim como disse o Deputado João Leite cada um de nós escreve a sua história, o seu exemplo, baseado na sua conduta e no seu trabalho. O Triângulo Mineiro tem a honra de tê-lo como bravo defensor da sua gente e - por que não dizer? - de toda Minas Gerais nesta Casa. V. Exa. é um exemplo e espelho para todos nós. Parabéns pelas suas palavras!

O Deputado Zé Maia* - Agradeço ao Deputado Duarte Bechir. V. Exa. tem tido uma conduta muito firme e correta ao trazer aqui uma importante informação, qual seja, de que Minas representa 10% do consumo de petróleo do País e tem a maior malha rodoviária, mas a Petrobras tem nos tratado como se fôssemos de décima categoria. Portanto agradeço muito a intervenção de V. Exa., que sempre tem tido, neste Parlamento, uma postura de altíssimo nível.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Zé Maia. V. Exa. trouxe esse tema abordado pelo nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, uma voz importante de Minas Gerais. Ele nos traz um reclame, que sentimos não ser apenas o das nossas autoridades e dos nossos líderes, como V. Exa. Temos sentido uma mobilização também nas ruas. Tenho conversado com meus filhos e, a todo momento, eles me falam de seus desejos de não buscarem o combustível da marca Petrobras.

Sempre falo com eles que isso não pode ser feito porque é um empresário mineiro que detém a marca e está explorando o serviço. Iremos apenas prejudicar um empresário de Minas Gerais. Mas sentimos essa mobilização, especialmente entre os jovens. Em razão do preço da gasolina, vimos recentemente jovens com nariz de palhaço fazendo mobilização nos postos de combustível.

A vinda do Presidente da Petrobras a Minas Gerais foi um verdadeiro desastre. É interessante que um dos Deputados presentes - creio que o Deputado Luiz Henrique - tenha relatado que nesse encontro, depois de falar que viajou o mundo todo e todas aquelas outras coisas, o Sr. Gabrielli disse ao microfone: "Agora vou me sentar, e podem me bater". O Governador Antonio Anastasia, então, com toda a sua educação, foi ao microfone e falou que, em Minas Gerais, recebemos bem os visitantes.

Nosso Estado exerce essa prática, mesmo com visitantes como o Sr. Gabrielli, que veio aqui com toda a sua arrogância, com toda a sua soberba, mesmo depois de ter levado o polo acrílico para a Bahia. Todos estão dizendo que ele é candidato ao governo da Bahia. Ele prejudicou Minas Gerais, que não merecia isso, mas especialmente Ibirité, cidade que abriga a chamada Lagoa da Petrobras. Só estão deixando a poluição para Ibirité e região; é lamentável.

Parabéns, Deputado Zé Maia, que é uma das nossas vozes de coragem. Gostamos quando V. Exa. levanta a voz e "passa a colheiteadeira" que vem lá do Triângulo Mineiro e leva tudo mesmo. V. Exa. demonstra essa coragem em favor de Minas Gerais. Seu pronunciamento nesta tarde no Parlamento mineiro demonstra seu compromisso com Minas Gerais e com o nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho. Parabéns.

O Deputado Zé Maia* - Deputado João Leite, agradeço a intervenção de V. Exa. Sua palavra sobre esse assunto é muito importante, não só pela relevância do tema, mas pela credibilidade que V. Exa. tem com todos os mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Caro Deputado Zé Maia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, gostaria de me solidarizar com V. Exa., Deputado Zé Maia, pela felicidade de trazer para os anais desta Casa o brilhante artigo do nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, inteligência que o nosso Parlamento doou ao governo de Minas para compor honrosa chapa com o nosso Governador, Prof. Anastasia.

Serei rápido porque o tempo está no final. Além do que está escrito no artigo, lembro também que é importante, principalmente para a região do Triângulo Mineiro, que a Petrobras Bioenergia, que mexe com combustíveis renováveis, também faça aportes. Com essa crise ocasionada pelo preço do álcool, a Presidente Dilma determinou que sejam feitos investimentos para aumentar a produção de álcool. É muito importante que a Petrobras Bioenergia faça investimentos também em Minas Gerais. Temos visto investimentos em empresas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Há apenas uma empresa em Minas Gerais, salvo engano, em que a Petrobras está investindo em parceria com a iniciativa privada para a produção de álcool.

É importante que V. Exa. encabece essa luta para que mais investimentos da Petrobras sejam feitos não só no polo acrílico, no combustível, na gasolina e no diesel, mas principalmente nas energias renováveis, das quais eu e V. Exa. somos defensores. Que V. Exa. encabece essa luta para atrair investimentos da Petrobras e também investimentos em novas plantas de produção de álcool como combustível renovável na região do Triângulo Mineiro e no Centro-Oeste mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia* - Ilustre Deputado Tiago Ulisses, nosso Líder, agradeço sua intervenção, que lembra muito bem a importância de trazer investimentos da Petrobras também para Minas Gerais, para o Triângulo e para o Noroeste de Minas. A Petrobras tem-se esquecido disso. O governo federal, de modo geral, tem esquecido Minas Gerais.

Sr. Presidente, concluindo, gostaria apenas de terminar a leitura do artigo do nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, que encerra dizendo o seguinte: (- Lê:)

"No caso da planta industrial para produção de ácido acrílico e de polímeros junto à Regap, segundo informou Gabrielli, a definição do projeto estaria hoje nas mãos da Braskem, empresa privada de origem baiana e com atuação internacional, sendo líder do mercado de resinas termoplásticas. Ocorre, porém, que a Petrobras participa com 40% no capital da Braskem e, quando da assinatura do protocolo com o governo mineiro para implantação do complexo acrílico, já preexistia o projeto no plano de investimentos da



empresa, como consta de documentos oficiais da própria Petrobras. Em termos estritamente comerciais, pode-se afirmar que a fábrica projetada para Minas Gerais está inteiramente dentro dos critérios de atuação da Braskem, pois o modelo de negócio da empresa está voltado para a primeira e a segunda geração petroquímica. E a vocação do complexo acrílico a ser implantado junto à Regap é, precisamente, a exploração do propeno, da primeira geração petroquímica. Trata-se, portanto, de um projeto técnico e economicamente viável, cuja localização deve ser ditada agora pela vontade política. Para fazer valer seus direitos, Minas lutará com todas as forças”.

Quero cumprimentar e agradecer ao Vice-Governador Alberto Pinto Coelho pela brava defesa dos interesses de Minas Gerais, exposta claramente em seu texto. Há um protocolo assinado pela Petrobras e pelo governo de Minas, e não podemos rasgar os compromissos, rasgar os contratos. Esse é o apelo que fazemos à Petrobras. Outra questão, bem lembrada pelo Deputado João Leite, é que eu estava em Uberaba na presença da Presidenta Dilma Rousseff, e foi dito por seus aliados que ela estava reconduzindo o Presidente da Petrobras e que a recondução tinha a ver com sua eleição para o governo da Bahia no futuro. Alguém defendia que outro nome, o da Presidente interina, fosse confirmado no cargo, porque tinha todos os requisitos técnicos para assumir a Petrobras; e que o fato de ele ser candidato ao governo da Bahia não interferiria nessa nomeação. E agora estamos vendo o Sr. Gabrielli levando para a Bahia esse polo, assinado com o governo de Minas, justamente porque será candidato a Governador do Estado da Bahia nas próximas eleições. Portanto, é lamentável mais um golpe contra Minas Gerais.

Sr. Presidente, agradeço muito a tolerância de V. Exa., deixando esse registro que o grande Alberto Pinto Coelho nos traz como orientação. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/5/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Viviane Cristina Rocha Ferreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

nomeando Nilson Antonio de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

nomeando Áurea Maria Pereira Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Romel Anísio Jorge, Matrícula nº 1.943-7, no período de 23/4 a 7/5/2011.

Mesa da Assembleia, 13 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Paulo Roberto Lamac, Matrícula nº 18.864-6, no período de 25/4 a 29/4/2011.

Mesa da Assembleia, 13 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 15/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 1º/6/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de motocicletas.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, Belo Horizonte - MG, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Net Serviços de Comunicação S.A. Objeto: prestação, por empresa operadora de TV por assinatura, a cabo, de serviços de captação, instalação e distribuição de 200 (duzentos) pontos de sinais de TV, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos. Objeto do aditamento: prorrogação por sessenta dias ou até que se ultime procedimento licitatório. Vigência: até sessenta dias. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/5/2011, na pág. 64, col. 1, no Relatório, onde se lê: “resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.369/2007”, leia-se: “correspondente ao Projeto de Lei nº 1.369/2007, que teve sua tramitação reiniciada, nos termos do art. 180, § 1º, I, do Regimento Interno”.